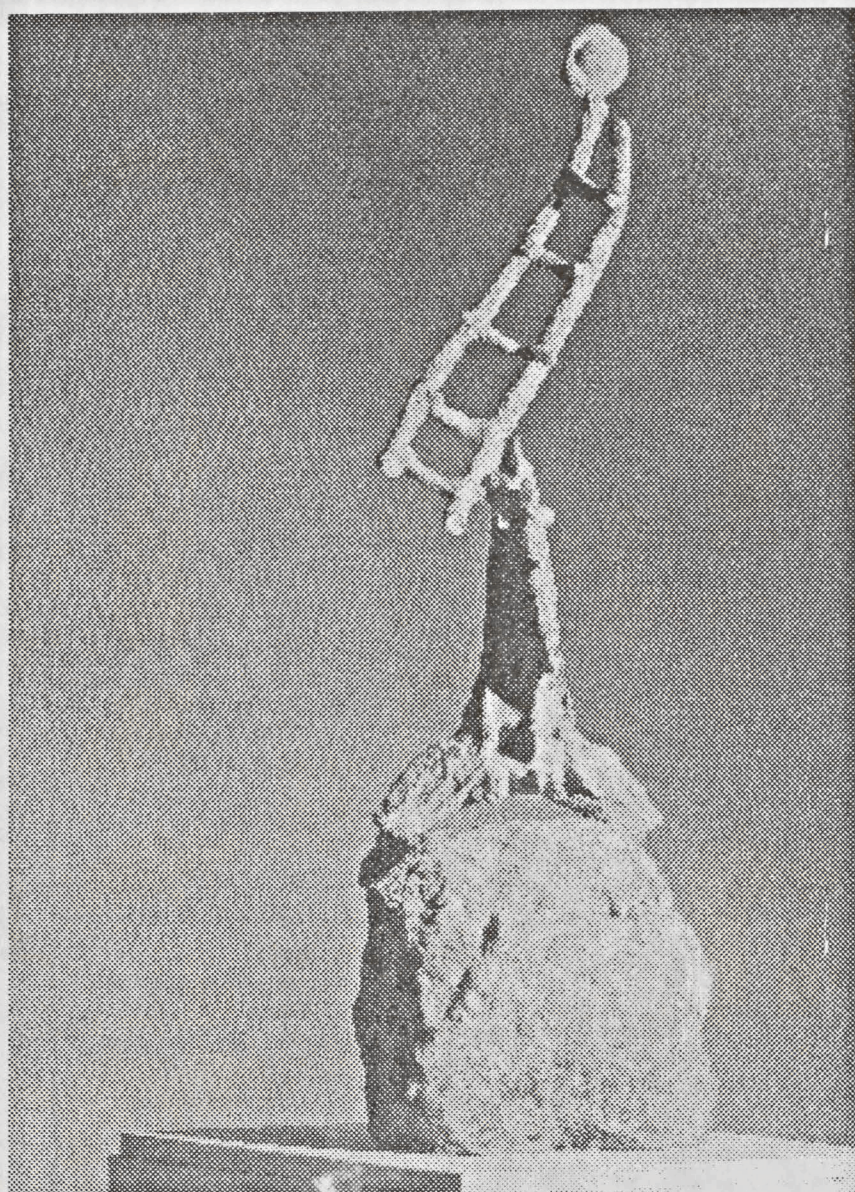


A BATALHA

jornal de expressão anarquista



Joan Miró - A escada do olho que se evade (1971)

Diversidade dos movimentos ecológicos

Trata-se desta vez da ecologia política, do eco-socialismo e da ecologia social, no conceito de Dimitrios Roussopoulos.

p.4

O polvo russo e o povo checheno

Júlio Palma dá-nos conta dos antecedentes do conflito entre o poder central russo e a nação chechena, do século XVIII à actualidade, possibilitando uma compreensão mais profunda da situação presente.

p. 5

A juve leo, a juve laranja e outras juves

Reflexões sobre os problemas da juventude portuguesa contemporânea, muito particularmente no que respeita ao ensino e às perspectivas que ele abre (ou não abre) no "mercado do trabalho" nacional.

p. 9

A ditadura do "status quo"

Pascal Kamphuis analisa os mecanismos que, na sociedade moderna, dissuadem ou mesmo impedem os cidadãos de participar na vida colectiva, remetendo-os a uma passividade e conformismo cómodos para quem detém o poder real, económico e político.

p. 10

Ideologia, anarquia e os iroqueses

Frank Harrison utiliza a organização social e política da confederação iroquesa, um dos povos nativos do Canadá, para reflectir sobre o igualitarismo e participação activa dos indivíduos na vida colectiva, condições indispensáveis da democracia autêntica, isto é, directa.

p. 12

EDITORIAL

Segundo os entendidos a crise económica veio para ficar, logo o desemprego e a miséria também. É óbvio que, caso não optem por suicidar-se (note-se que é crime na legislação vigente!), os desempregados vão ter de sobreviver e, para tanto, de recorrer a expedientes que dificilmente se conformam com as normas estabelecidas. A burla, a prostituição, o tráfico ilícito e o roubo, com mais ou menos violência conforme as circunstâncias, passam pois a estar na ordem do dia.

Como é mais fácil atacar os fracos do que os fortes, velhos, mulheres e crianças são alvos preferenciais. São-no também as residências das classes de parcos e médios recursos, que não dispõem de meios para contratar os serviços de empresas privadas de segurança.

A violência contra os mais fracos e o ataque aos bens dos cidadãos comuns suscita intensa animosidade popular. Daí que seja um bom trunfo eleitoral pedir o reforço das forças de segurança e o agravamento das penas para os crimes de furto e afins. O que tem vindo a ser reclamado por diversas forças políticas, nomeadamente de direita, com menor sensibilidade social e grandes preocupações com a defesa da propriedade.

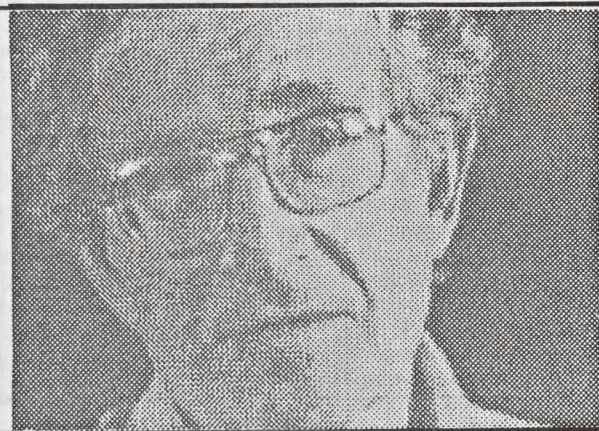
Trata-se de falsas soluções, já que as verdadeiras estão em atacar o problema na sua origem, isto é, em suprimir o desemprego e a miséria.

A resposta imperiosa e urgente não é assim mais repressão mas, essencialmente mais solidariedade.

O primeiro acto de solidariedade com as vítimas da crise é compreender as razões da sua vitimização, não fazendo coro com os que vêem os actos sem compreender as suas causas reais. Os passos que se seguem são mais complexos, porque implicam coordenar esforços e abrir caminhos para uma solidariedade a todos os níveis. Caminhos que têm de atingir a esfera macro-económica, promovendo investimentos criadores de mais emprego em detrimento de investimentos que apenas visam maiores lucros, ainda que à custa duma redução de postos de trabalho. Em última análise trata-se de optar por uma economia social, alternativa à economia de mercado que, a despeito dos seus evidentes malefícios, nos pretendem inculcar como o melhor dos modelos de organização económica. Luta esta que terá de ser travada no quotidiano, numa acção incessante contra a opressão e a desigualdade, e que deve ser ela mesma uma escola de solidariedade.

ENTREVISTA COM NOAM CHOMSKY

pp. 6 e 7



A BATALHA

O Jornal *A Batalha* surgiu em 23-2-1919, no mesmo ano em que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) de que seria porta-voz. A CGT, única confederação sindical existente, agrupava os trabalhadores mais combativos e conscientes da altura e foi, desde início, fortemente influenciada pelas correntes anarquista, anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária. Isto determinou a sua total independência face aos partidos e ao poder político e fê-la procurar que as justas reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida os não deixasse esquecer que só uma profunda transformação económica, social e ética permitiria eliminar a opressão e exploração do homem pelo homem. Repudiou sempre, com notável antevisão, que a libertação dos trabalhadores se pudesse alcançar através duma pretensa "ditadura do proletariado" ou do "Estado-patrão".

Hoje, não ligada a qualquer dos movimentos sindicais existentes, de cujos princípios e prática geralmente discorda (embora tenha o maior respeito pelos trabalhadores que os constituem), *A Batalha* continua a pugnar por uma sociedade assente em formas comunitárias de vida, de essência autogestionária e cooperativa, com total respeito pela liberdade de pensamento e pela autonomia individual, em conformidade com os princípios socialistas libertários por que se norteia.

Os maurícios

Era o primeiro dia do ano. Enquanto apanhava sol no jardim, ia lançando alguns miolos de pão aos pardais e observava dois melros que disputavam a mesma presa - a minhoca que descobriam debaixo da terra, à beira do lago. A natureza tem destas coisas. Quando devoraram a vítima, desapareceram por entre as árvores. Como já não tinha mais pão para dar aos pardais, aprestava-me para começar a leitura de *L'isola del giorno prima*, o último livro de Umberto Eco, que tinha comprado antes do Natal.

Mas fui descoberto por um amigo.

- Oh! pá, ainda bem que te encontrei. Tenho aqui uma coisa para te mostrar. Afinal tinhas razão. Sempre há quem pense com o cérebro que tem na cabeça dos dedos dos pés. Escuta-me este gajo.

(Quando ele disse gajo, eu pensei no Senhor Gajo, o tal que nunca tinha dúvidas e raramente se enganava, que dizia os meus camelos, referindo-se a um blaterador que mirajava oásis, querendo com isso negar, mas confirmando, a recessão sáfara.)

- Vê lá se advinhas...

E leu: "Qualquer grupo humano não pode cortar estradas, nem vias férreas, nem fazer distúrbios em lugares públicos, como os que ocorreram na Marinha Grande. Quando isso acontece, o cidadão dilui-se no grupo e o grupo converte-se numa massa irracional, inorgânica, manipulável, perigosamente capaz de tudo. Há situações

em que essa massa se converte em canalha. A canalha intima-se a dispersar. Quando não dispersa varre-se."

Vi logo que não era o Senhor Gajo, mas não descortinava quem poderia ser. E fui dizendo: - Olha, parece uma pachequice, é o género de discurso larachento, o tipo que diz isso é um larachista e isso para mim seria a laracha do ano se não estivessemos ainda no princípio. Mas também te digo que não tem graça nenhuma e até mete asco. Não quero que me digas o nome do bicharoco.

- Tá bem. Pronto. Mas vou-te mostrar outra, já do ano passado. Esta vinha no *Expresso*.

- Alto aí. A leitura do *Expresso* acicata em mim aquela sensação não digo de insegurança mas de incerteza. Eu duvido quando leio no *Expresso*. Mas deixa lá ver.

E li só para mim. "O problema da fábrica Manuel Pereira Roldão é um problema gravíssimo?

Não é.

É grave, mas não gravíssimo.

Os trabalhadores não receberam, desde há dois anos, cerca de três salários e meio (incluindo subsídios), o que é lamentável mas não configura uma situação desesperada.

O segundo aspecto é este: a carga policial de terça-feira ultrapassou gravemente os limites impostos à actuação policial?

Não ultrapassou.

A polícia excedeu-se mas não houve conflitos graves, como o prova o facto de os incidentes terem provocado apenas cinco feridos ligeiros."

Voltei-me para o meu amigo e disse-lhe:

- Eu bem me parecia, duvido sempre destas coisas. Talvez fosse gravíssimo se o editorialista que escreve isto tivesse de pagar do ordenado dele os salários em atraso. E se calhar como ganha pouco e não deve ter muito crédito nos bancos, isto é a gente falando, claro, seria mesmo muitíssimo grave quando fosse ao supermercado ou à loja da esquina e não pudesse trazer nada porque não tinha dinheiro para pagar.

E quanto a ele dizer que a polícia se excedeu também não acredito, porque certamente não lançou bombas de fragmentação nem lhe bateram nele. Entre os feridos não está ele. Os limites só foram ultrapassados em relação aos feridos, mas evidentemente não em relação a ele.

Sabes uma coisa, o tipo que escreve isto até não deve ser um tipo mau, deve ser é maurício, como muitos maurícios que há por aí.

Devolvi-lhe o jornal, agarrei no livro mostrando-lho e disse-lhe:

- Deixa-me mas é aproveitar este solinho pra ver se consigo ler algumas páginas de *L'isola del giorno prima*.

Adeus, um bom ano pra ti.

- Adeus, igualmente pra ti.

Júlio Palma

Assim vai o Mundo ...

Os pobres parasitas sociais!

Nem mais nem menos, uma associação americana Mensa, um clube de pessoas com coeficiente de inteligência (QI) superior a 130, preconiza uma solução para os excluídos da sociedade americana "A maioria dos pobres são parasitas sociais: doentes mentais, vagabundos, etc. deveriam ser eliminados como os animais abandonados, liquidados de modo humanitário enquanto se mantiver provada a sua condição anti-social.

(Transcrição do *Expresso*)

À volta do coeficiente de inteligência (QI)

Mais uma vez, com base em "teorias científicas" é publicado um livro por dois académicos, onde se anuncia que os negros são menos inteligentes que os bran-

cos e que os pobres têm um QI mais baixo que os ricos e, não contentes com estas afirmações "científicas", "que os de menor inteligência, sejam negros ou pobres, têm mais tendência para a criminalidade..." Bela sociedade desenvolvida, individualista, partidária do sacrossanto mercado, da livre iniciativa e dos sagrados princípios da Liberdade.

Os assassinos eram polícias !...

Costuma-se dizer que no melhor pano cai a nódoa; não sabemos se o ditado se aplica bem ao caso, se o pano é assim tão bom. Mas vamos à notícia, transcrita da revista *Visão*.

"Em Bolonha rebentou um escândalo e toda a Itália foi percorrida por um arrepio: cinco polícias foram presos, acusados de 80 delitos cometidos à mão armada e 25

assassinatos, que confessaram, obtendo 220 mil contos em sete anos de actividade "policial". Uma predilecção pela violência gratuita, o sangue pelo sangue, o terror pelo terror, animava estes polícias fora do comum."

Como forças da ordem, o exemplo não está mal.

Educação, uma prioridade esquecida em Portugal

As Associações de Estudantes do Ensino Superior, numa publicação sua, afirmam: "Somos, hoje em dia, o país europeu com piores níveis de formação da população, tendo em muitos aspectos índices inferiores aos de países do Terceiro Mundo. Em consequência, registamos um enorme atraso económico e social em relação aos restantes países europeus."

Que ingratidão mostram estes jovens em relação ao "oásis" de Cavaco.

AOS COLABORADORES

- Os artigos não assinados são da responsabilidade da redacção.
- A redacção reserva-se o direito de não publicar ou reduzir, assinalando os cortes efectuados.
- Os artigos não solicitados poderão ser recusados, aceites condicionalmente (mediante alterações acordadas com os autores) ou ser deferida a sua publicação em função da programação geral do jornal. Devem ser claros e sucintos, não excedendo três páginas A/4 dactilografadas a dois espaços, título e ilustrações incluídos. Em caso de recusa haverá sempre explicação oral ou escrita aos autores.

ASSINATURAS

ANUAL / 6 NÚMEROS

Portugal	680\$00
Europa	1650\$00
Extra-Europa:	
Via de superfície	1650\$00
Via aérea	1950\$00

O pagamento poderá ser efectuado por cheque ou vale postal dirigido a A BATALHA, Apartado 50085, 1702 Lisboa Codex.



A BATALHA

ANTIGO ORGÃO DA C.G.T.

Fundado em 23 de Fevereiro de 1919

Periodicidade Bimestral

DIRECTOR

Maria Magos Jorge

REDACÇÃO

Francisco Trindade
João Santiago
Luís Garcia e Silva
Paulo Guimarães
Sérgio Duarte

COLABORADORES

António Bracinha Vieira
António Candeias
António Cândido Franco
Bernard Estevez
Carlos Ramos
Edgar Rodrigues
Edson Passetti
Elisa Areias
Frank Harrison
Jorge Colaço
Jorge Valadas
Júlio Palma
Liberto Sarrau
Manuela Parreira da Silva
Maria Goretti Matias
Moisés da Silva Ramos

COMPOSIÇÃO

Centro de Estudos Libertários

IMPRESSÃO

Gráfica 2000, Cruz-Quebrada

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

R. Marquês de Ponte de Lima,
37, 2º Dtº 1100 Lisboa Codex

PROPRIEDADE

Centro de Estudos Libertários

Inscrito na Direcção Geral
de Comunicação Social
nº 104981

Campos de Concentração Franceses

Vivências de um refugiado - III

No Campo de Argelès tinham construído barracas - depois da nossa ida para Gurs -, do género das existentes ali; apresentava, porém, desolador aspecto, com as barracas semidegradadas. O mistral, que soprava ali com violência, o Sol e as intensas chuvas tinham reduzido a maioria daquelas barracas a desconjuntados abrigos, algumas mesmo já inservíveis. Nas que estavam em relativo estado de conservação, o vento laminava-se pelas numerosas frinchas, flagelando-nos como dentadas de cães esfomeados. Noutras, quando chovia, as goteiras do tecto pareciam autênticos crivos de chuveiros, o que proporcionava aos espanhóis expandir o seu temperamento chistoso: "vou aqui ao lado, ao quarto de banho, tomar o meu duche."

Não tardou muito que os sempre avisados comerciantes, animados do seu fari-saico instinto, nos visitassem com os camiões repletos de comestíveis, tal como na nossa primeira estada - deontologia de prudentes comerciantes... E como, mais ou menos cada um de nós trazia o seu magro pecúlio, penosamente amealhado em Toulouse, aquela visita proporcionou-nos substancial reforço alimentar, posto que o rancho era intragável: um dos nossos já conhecidos pães, para seis refugiados; água escura, insípida, com pretensões a café, pela manhã; farinha de milho com nabos e cenoura, para o almoço. Para o jantar a ementa era bem diferente: nabos e cenoura com farinha de milho... Os nabos eram enormes e tão duros que tinham que ser parcelados, a machado, pelos refugiados que exerciam funções de cozinheiros.

Ao lado do nosso Campo, separado por enorme barreira de arames farpados, de quase dois metros de largura, estava o Campo das mulheres e crianças. Durante todo o dia viam-se, de ambos os lados daquele entrançado de arames - como insólito parlatório ao ar livre - inúmeros refugiados a falarem com suas mulheres e filhos, e até a lançarem emburlos de comestíveis por sobre a barreira que nos dividia. Dada a distância que nos separava, estabelecia-se tão compacta vozearia que tornava difícil a compreensão dos detidos; só havia um recurso que, aliás, gerava maior confusão: gritar mais alto que o colega do lado. A algazarra que se gerava era de tal ordem que um devoto de chistes logo apelidou o local de "Muro das Lamentações".

Também nós íamos várias vezes até ao "Muro das Lamentações" para falarmos com nossa mulher e enviar-lhe alimentos por sobre a linha divisória qual "terra de ninguém", num pequeno mundo de negra e cruel desumanidade. Do outro lado do "muro", lá estava Ela, com a sua exuberante mocidade e o seu congénito optimismo, a insuflar ânimo à suas companheiras de cativo e a afagar os petizes que não compreendiam o porquê de estarem ali, encerrados, sem poderem estar com o pai. Era particularmente chocante vê-los, ali, como feras enjauladas, de olhitos prescrutadores assestados sobre a amálgama de seres espedaçados diante deles.

O inverno crudelíssimo da região pirenaica veio a nós com chuvas intermitentes, nevões e frios de enregelar, que nos confinaram nas degradadas barracas. Só delas saíamos para, apressadamente, receber o rancho, satisfazer necessidades corporais ou irmos até ao "Muro das Lamentações".

Ao reflexionarmos acerca da água que eramos forçados a ingerir, sobre a monótona perspectiva que o Mediterrâneo nos oferecia e acerca da água que sobre nós caía, lá do alto, lembrou-nos a curiosa máxima do filósofo Miguel de Unamuno: "A

água é a alma da paisagem". E, sem esforço mental, concluímos que se apresentava ante nós autêntica "paisagem sem alma".

O modesto pecúlio tão dificilmente amealhado, em Toulouse, extinguiu-se como fumo de palhas, em função das compras de comestíveis; só nos restava, portanto, o miserável rancho, que nos ia definhando paulatinamente. Quando se aperceberam da nossa impossibilidade de comprar uma caixa de fósforos sequer, os nossos solícitos comerciantes levantaram banca e fugiram de nós como de leprosos.

Entretanto apareceram no Campo vários senhores, bem vestidos e melhor comidos - a avaliar pelo seu aspecto físico - acompanhados de gendarmes (sempre eles!), a fazerem propaganda da Legião Estrangeira: "Boa comida, bom salário e excelentes perspectivas de ascenso na escala hierárquica castrense". Um amor de Vida!

Cansados pelos anos de guerra vividos em Espanha, desiludidos quanto ao impressionante desfecho da "drôle de guerre", amargurados pela periclitante situação que se vivia em Argelès, com as mulheres e crianças no Campo, ao lado, e sem se vislumbrar a mínima solução para tão angustiante problema, muitos refugiados alistaram-se na mercenária Legião Estrangeira.

Este foi como o prelúdio da outra benesse que o governo de Vichy, presidido por Pierre Laval - tristemente celebrizado pelo seu colaboracionismo com os alemães - condenado à morte e fusilado em 1945, nos passou a oferecer "generosamente":



Argelès-sur-Mer: campo de concentração para mulheres e crianças. Entre as prisioneiras encontrava-se a esposa do autor.

Companhias de Trabalho, que colmaram a taça da amargura e da indigência em que vegetávamos na praia de Argelès; mas não havia outra opção: ou inscrevermo-nos nelas ou definhar-mo-nos totalmente nas desconjuntadas barracas daquele tétrico Campo onde a morte libertava, de quando em quando, um ou outro refugiado.

Não se sabia, porém, qual seria o nosso destino, qual o trabalho a executar, qual o salário a auferir e demais condições; estudados os prós e os contras parecemos que, uma vez no exterior, teríamos possibilidades de ajudar a nossa dedicada com-panheira, que já estava acusando visíveis sintomas de depauperamento.

E partimos, também, na Companhia de trabalho nº 129, com destino desconhecido para nós. O aspecto dos componentes da Companhia era realmente chocante, quer do ponto de vista físico quer no respeitante a vestuário. Formados a quatro e custodiados pelos omnipresentes gendarmes, caminhamos até chegar a Perpilhão. Ali, embarcaram-nos em camiões; pela tarde chegávamos a Ille-sur-Tête, vila pire-

náica que sofrera os desastrosos efeitos de tremendas enxurradas. No dia seguinte, manhã cedo, formamos a quatro no largo principal da vila. Só então soubemos que íamos reconstruir o canal de regadio dos agricultores locais, destruído pela cheia que assolara a região. Soldados à paisana, por sinal bastante bonacheirões, que relevaram - felizmente para nós - os gendarmes, custodiaram-nos até ao local do trabalho, em plenos Pirinéus.

Soubemos, depois, que as Companhias de Trabalho foram o "Abre-te, Sésamo!" para os oficiais e subalternos franceses desmobilizados por imposição dos alemães. Um tenente de infantaria - mais tarde substituído por um capitão da aviação -, secundado por alguns sargentos, cabos e soldados, comandava a companhia e dela auferiam substancioso salário, pago pelo Sindicato dos agricultores da região, enquanto que nós recebíamos 15 francos e um maço de cigarros Gaulois, por quinzena! A alimentação, à base de feijão com nabos, era insuficiente, sobretudo para quem, como nós, tinha de manejar pás e picaretas durante todo o dia. O frio era intenso, a ponto de congelar o caço de feijões, que nos vazavam no prato de alumínio, se os não comessemos com rapidez. Findo o trabalho quotidiano regressávamos aos pardieiros onde nos tinham albergado, com um punhado de palhas a servir-nos de cama. Jantávamos num casarão abandonado, que em tempos fora a igreja da vila, rudimentarmente disposto para o efeito. Dos pardieiros para o local do trabalho e vice-versa, assim se processavam os longos

de regressarmos dos trabalhos no canal, íamos remover entulho naqueles locais, carreando-o para a beira-rio. Aos domingos, manhã cedo, munidos dum salvo-conduto, previamente solicitado ao comandante da Companhia, lá íamos a Argelès - com que emoção! - levar os comestíveis que aquele trabalho suplementar nos permitira comprar.

Muitas foram as para nós desfavoráveis incidências que matizaram a árdua tarefa dos componentes da Companhia de Trabalho nº 129, até que, por fim!, a obra foi concluída; os agricultores, exultantes por já terem água para o regadio das suas courelas, resolveram comemorar o evento; distinguiram-nos com rancho capciosamente melhorado: um arremedo de bife e um copo de vinho, baptizado com água do canal, certamente.

No dia seguinte alojaram-nos nos nossos já conhecidos vagões ornados do dístico: "Cavalos, 8, Homens, 40".

Aquele escandaloso leiteiro já nada nos dizia, dado que os ultrajes tinham sido tantos, tantos!, desde a nossa entrada em França! Mais um, menos um, já não importavam, o que importava era resistir, resistir aos revezes da incrível servidão em que vegetávamos. Não havia que perder a esperança em dias melhores e resistir, resistir sempre, por mais adversas que as incidências se nos apresentassem.

O comboio rodou durante horas consecutivas, sem que soubessemos para onde íamos e a que função nos destinavam. Finalmente chegamos a Rodez, no departamento do Aveyron, onde foi organizado autêntico mercado de escravos. Os agricultores da região, previamente avisados da nossa chegada, acorreram ali em busca de homens para os seus trabalhos agrícolas. Movidos pelo anseio de serem o melhor possível contemplados, levaram a sua desmedida ambição ao extremo de nos apalparem a musculatura dos braços, em busca de músculos salientes, requisito por eles considerado indispensável para eficiente labuta. Não completaram o exame abrindo a boca à miseranda mercadoria humana que tinham ante si - não, isso não fizeram! -, pois de antemão sabiam ser desnecessário bons dentes para triturarem a frugal alimentação que nos atribuiriam.

Exultantes, confiados na escolha efectuada, arrumaram a carneirada humilde nas carroças e desandaram para as suas propriedades.

Como a sequência deste repositório já se não enquadrava rigorosamente no título que preside a este depoimento: "Campos de Concentração Franceses", não faremos relato do que foi a tristíssima odisseia suportada em Rodez; apenas diremos que, semanas depois, por nos quererem enviar para a Alemanha - por imposição dos alemães -, com o objectivo de trabalharmos nas oficinas de material aeronáutico, nos evadimos da Companhia de Trabalho e que, após inúmeras peripécias, conseguimos chegar à fronteira portuguesa, em Marvão, onde a Pide nos deteve e enclausurou, num total de 53 meses, sem julgamento, no Aljube, no Forte de Caxias e por último no Campo de Concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago do arquipélago de Cabo Verde, como corolário das vivências nos três Campos de Concentração Franceses.

Finalizamos este depoimento, que se circunscreve rigorosamente à veracidade dos factos nele inseridos, esclarecendo que somos possuidores de algumas fotografias que atestam, com mais clarividência que as nossas palavras, o que foi o incrível mundo de arames farpados de Argelès-sur-Mer e de Gurs.

Manuel Firmo

Os pontos nos ii

Diversidade dos grupos e movimentos "ecológicos"

Neste número conclui-se a versão condensada das características gerais e das diferenças específicas que separam as múltiplas organizações genericamente apelidadas de ecológicas, tal como as descreve Dimitrios Roussopoulos no seu livro "Ecologia Política (para além do ambientalismo)". A escolha do tema teve obviamente por finalidade contribuir para a clarificação das ideias relativas aos movimentos ditos ecológicos.

"A primeira e mais importante noção é que ecologia não é o mesmo que ambientalismo, embora a preocupação com o ambiente seja componente essencial de ser **verde**. A principal diferença reside em afirmar o ecologista que preservação do ambiente pressupõe alterações radicais na nossa relação com o mundo natural e no nosso modelo social e político. O ambientalismo aborda os problemas do ambiente em termos administrativos, crente de que podem ser resolvidos sem alterações fundamentais nos valores actuais e nos padrões actuais de produção e de consumo."

Ecologia Política

Contrariamente ao ambientalismo a ecologia política defende que a ciência ecológica não pode ser dissociada de certas concepções políticas e que até as implica. A crise ecológica afecta a Terra como um todo e tentativas isoladas para resolver os problemas estão condenadas ao fracasso; tem de haver coordenação de esforços numa escala global.

No entanto a ecologia privilegia a acção a nível local e regional contra o que tem sido chamado o *imperialismo do Estado*, de acordo com o slogan **pense globalmente, actue localmente**.

Outro tema da ecologia política é a redefinição da qualidade de vida em oposição à ideologia do crescimento ilimitado e à acumulação infundável de bens em que assenta a sociedade de consumo actual.

Além da introdução de genuínas inovações programáticas, os partidos **verdes** que emergiram na década de 80, com a sua ênfase na democracia de base, representam também um afastamento do estilo dos partidos tradicionais.

O primeiro partido **verde** data de 1972 e foi fundado na Nova Zelândia. Seguiu-se o britânico em 1973 e depois um pouco por toda a Europa, inclusive Central e de Leste, bem como no Japão e México, com coordenação internacional em Bruxelas.

O espectro dos **verdes** vai dos **verdes claros** (reformadores, eleitoralistas e defensores do compromisso) aos **verdes escuros** (fundamentalistas, **verdes vermelhos** e **anarco-verdes**, com ênfase no activismo de base - combinada com participação eleitoral selectiva, concebida primariamente como acção educativa - e que é uma síntese de política radical, feminismo e antimilitarismo).

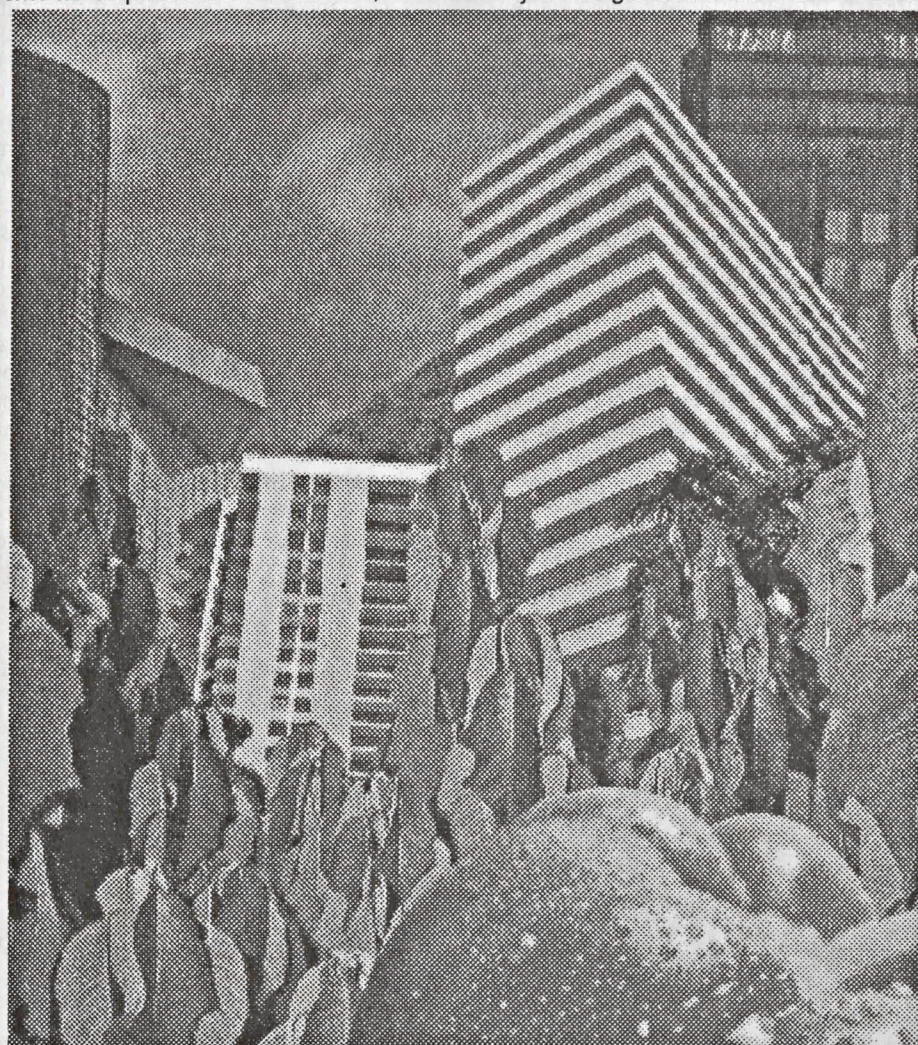
Uma das maiores fraquezas dos partidos **verdes** é não terem desenvolvido uma crítica suficientemente profunda das limitações da democracia liberal e do parlamentarismo. Consequentemente não têm uma compreensão radical da dinâmica do poder político estatal e da capacidade do actual sistema para cooptar as forças de oposição.

Eco-socialismo

Há muitas variedades de eco-socialismo, entre as quais a dos eco-social-democratas que procuram misturar ambientalismo e socialismo democrático. Todos os partidos social-democráticos, incluindo os Socialistas Democráticos da América e o Novo Partido Democrático do Canadá, tentam incluir preocupações am-

bientais nos seus programas, defendendo que é condição necessária para a protecção do ambiente a eleição de social-democratas para o poder político central, dando como exemplo a legislação ambiental conseguida na Suécia social-democrática.

No eco-socialismo inclui-se o eco-marxismo, tentativa de síntese entre marxismo e ecologia. Permanecendo essencialmente no esquema teórico marxista, con-



tinuam focados na economia política. Embora se distanciem dos conceitos produtivistas e da abundância ilimitada da natureza continuam a considerar a produção como o motor de toda a modificação social e política. Têm alguma dificuldade em aceitar a tónica descentralizadora dos **verdes** e a sua opção predominante por uma acção política e desenvolvimento social locais, com o argumento de que a maior parte dos problemas ecológicos e dos problemas económico que estão na origem daqueles não podem ser resolvidos à escala local.

O grupo eco-socialista mais interessante é o dos eco-socialistas europeus, entre os quais se contam os autores do manifesto **Alternativa Verde** para a Europa. Defendem um continente de regiões autónomas mais que de nações-Estados, descentralizado economicamente, moldado em princípios feministas e baseado em estruturas sociais que excluem o exercício arbitrário do poder. Sustentam que as modificações eco-socialistas não podem ser logradas pela acção do Estado e advogam o controlo da economia pelos cidadãos. Consideram o movimento ecológico como parte duma vaga crescente de resistência internacional que acabará por reduzir gradualmente toda a autoridade: dos padrões, da tecnocracia, patriar-

cal, militar, dos partidos políticos, da igreja e do Estado.

Muitas das suas posições são próximas das propostas pela corrente de pensamento denominada ecologia social. Não aceitam porém a abordagem municipalista das alterações ecológicas e sociais que esta propõe.

Ecologia social

O seu fundador é o ecologista radical americano Murray Bookchin cuja filosofia articula história, tecnologia e urbanismo numa concepção não dualista das relações entre a sociedade humana e a natureza que permite a prossecução de "objectivos genuinamente éticos". "É emi-

realidade biológica se reconstrói como realidade social. No entanto esta evolução pode sofrer distorções, afastando-se de formas cooperativas orgânicas de organização social. A solução para a crise ecológica não é o regresso impossível à primeira natureza mas a integração radical das duas naturezas através do desenvolvimento de eco-comunidades.

Os ecologistas sociais vêem nestas ideias a base para uma nova política que retira confiança ao Estado em prol das comunidades. O município é teorizado como o lugar natural para as modificações sociais, políticas e ambientais e o bairro e a cidade como a base duma nova política democrática. Ao contrário do eco-socialismo, mesmo na sua variante libertária, a ecologia social defende uma forma alternativa de administração que desafia o Estado centralizado. Os ecologistas sociais são de facto os únicos **verdes** que colmataram esta lacuna teórica.

Concebendo o município como "a mais autêntica arena da vida pública" os ecologistas sociais defendem uma participação eleitoral dos **verdes** confinada às eleições municipais. Os poderes dum presidente de câmara são substancialmente diferentes dum governador de Estado ou província e sujeitos a muito maior fiscalização e controlo públicos. Os ecologistas sociais privilegiam a criação de juntas ou assembleias de bairro, conforme o tamanho da cidade, e pretendem descentralizar o município criando uma assembleia de delegados revogáveis em qualquer momento e tornando mais simbólico que real o cargo de presidente da Câmara. Embora sancionem uma forma limitada de participação eleitoral os ecologistas permanecem críticos do actual sistema de democracia parlamentar e tentam enriquecer a a presente democracia política através da organização e acção extra-parlamentar.

Howard Hawkins salientou "que os partidos **verdes** não fizeram a distinção crucial entre acção extra-parlamentar e a crítica anti-parlamentar há muito feita pelos anarquistas. Todos os partidos **verdes** desejam combinar acção extra-parlamentar e directa mas acreditam que alterações fundamentais podem ser alcançadas por medidas parlamentares. A crítica anarquista à política parlamentar realça que a forma republicana representativa do Estado capitalista está estruturada de modo a cooptar ou marginalizar os partidos genuinamente radicais. O poder legislativo está gravemente limitado pelos poderes extra-parlamentares da classe dirigente, que residem no capital privado e na burocracia e militares não eleitos." Os ecologistas sociais defendem a confederação dos municípios em termos da "Comuna de Comunas" de Kropotkin ou da "Comunidade de Comunidades" de Martin Buber.

mente natural que, por evolução a partir da primeira natureza, a humanidade crie uma segunda natureza." Esta última consiste "numa cultura especificamente humana, em grande variedade de comunidades institucionalizadas, técnicas humanas efectivas, linguagem simbólica muito rica e fontes alimentares cuidadosamente administradas". Esta segunda natureza não é um enxerto artificial na primeira natureza biológica mas o resultado mesmo do processo evolutivo desta última, de modo a que, dialecticamente, a

"Foram as alterações sociais que converteram muitos seres humanos em «estrangeiros» no seu próprio mundo social que os converteram em «estrangeiros» na natureza: a dominação dos jovens pelos velhos, das mulheres pelos homens e dos homens pelos homens. Hoje, como há muitos séculos, continuam a existir seres humanos opressores que literalmente possuem a sociedade e outros que são por ela possuídos. Até que a sociedade possa ser reivindicada por uma humanidade indivisa capaz de usar a sua sabedoria colectiva, realizações culturais, inovações tecnológicas, conhecimento científico e criatividade inata para o seu próprio benefício e para o do mundo natural, todos os problemas ecológicos terão as suas raízes em problemas sociais."

Murray Bookchin

O polvo russo e o povo checheno



Ieltsin o Grande? O Terrível? O Brincalhão? (caricaturas extraídas de Le Monde, Die Zeit, Herald Tribune)

Não é a primeira vez que os tentáculos russos se estendem em direção aos mares quentes do Sul, segurando a presa difícil de dominar. Tradicionalmente independentes, os Chechenos e outras etnias do Cáucaso sempre se opuseram à assimilação pelos poderosos vizinhos do norte. Especialmente durante o século XIX.

Tolstoi aproveitou mesmo as suas vivências militares para novelar as escaramuças constantes entre chechenos e russos. Ainda há pouco isto era lembrado nas páginas da imprensa internacional. Por exemplo, Peter Crane iniciava assim a sua crônica: "Um russo de 22 anos que participou no ataque a Grozni descreveu os resultados: civis de todas as idades brutalmente assassinados, casas destruídas, quintas arruinadas. Enquanto os chechenos colocavam os corpos dos seus filhos na mesquita local, esse russo escrevia que a palavra odiados era inadequada para descrever o que eles sentiam em relação aos russos. Para se merecer ser odiado tem de se ser um ser humano, e aos olhos dos chechenos a crueldade dos atacantes fazia deles "ratos, aranhas venenosas ou lobos", de tal maneira que "o desejo de os exterminar era um instinto tão natural como o da autopreservação". O jovem russo era o conde Leão Tolstoi e estava-se no verão de 1851." (*International Herald Tribune*, 20 - Janeiro - 1995.)

Também Sibylle Tonnies, no "Feuilleton" do *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, de 9 de Janeiro de 1995, recordava: "Tal como hoje se enfrentam Ieltsin e Dudaiev, também a meio do século passado se enfrentavam o czar Nicolau e o príncipe checheno Chamil. Ontem como hoje, o levantamento checheno foi castigado com violência brutal. Num diálogo à mesa do czar, Tolstoi notava: a Polónia e o Cáucaso são as duas feridas abertas da Rússia. Tolstoi fez do conflito caucasiano o assunto de uma grande novela - *Madji Murat*."

Num artigo publicado no jornal *Le Monde* (4 - Janeiro - 1995) e intitulado "Um povo indomável", Marie Bennigsen Broxup escreveu, referindo-se ao período que vai da primeira "guerra santa" dos montanhese caucasianos (1785-1791) até à Guerra da Crimeia (1853-1856): "Começa então uma prática de extermínio sistemático de que os Cherquessos nunca mais recuperarão. Expulsos para o Império Otomano, eles não representam hoje mais do que uma pequena minoria nas suas terras ancestrais, no meio de descendentes de colonos russos e cossacos. Ao contrário, os Chechenos mostram-se indomáveis. O famoso general Ermolov prometia ao czar Alexandre I, em 1818, não descansar enquanto um checheno permanecer vivo, porque este povo nefasto poderia inspirar, pelo seu exemplo, um espírito de rebelião e de amor da liberdade

até entre os mais devotados servidores do Império. Mas o regime de terror aplicado por Ermolov foi contraproducente. A Chechénia alinhou pelo imã Chamil."

Chamil é de facto um símbolo da resistência chechena. Nascido no Daguestão à volta de 1797, ele foi escolhido como líder político-religioso, depois de Ghazi Muhamed ter sido assassinado pelos russos (1832) e de Gamzat Bek ou Hamza Beg ter sido eliminado pelos seus apauados. Já lia o *Alcorão* aos seis anos e foi iniciado na *Tariqa*, uma ordem derivada *naqchbandita* (de Baha ad-Din an-Naqchband, o pintor, nascido no século XIV, perto de Bucara), a que também se dá o nome de muridismo (de murid - noviço, discípulo dum sufi). Esta confraria sufi partia duma doutrina puramente ascética e pregava o igualitarismo. A luta prolongou-se de 1834 a 1859, altura em que Chamil foi capturado; feito prisioneiro e exilado com a família, tendo sido mais tarde autorizado a deslocar-se a Meca, onde parece ter falecido por volta de 1871. Muitos dos seus seguidores emigraram para a Arménia.

Em 1918, ainda de acordo com Marie Bennigsen Broxup, "os montanhese unem-se numa República confederada das Montanhas, em luta primeiro contra o exército branco do general Denikine, que queria manter uma *Rússia una e indivisível*, e depois contra os bolcheviques, que tinham tido o apoio dos montanhese, prometendo-lhes a independência como aos outros povos do Cáucaso. Esta República das Montanhas foi reconhecida pela Turquia e pelo general Thomson, comandante das tropas inglesas no Cáucaso, em nome do governo britânico, um precedente que se tenta esquecer rapidamente no Ocidente".

De 1921 a 1936 os levantamentos sucedem-se. Em plena Segunda Guerra Mundial, a União Soviética, acusando-os de colaborarem com os Alemães ("acusação absurda, porque as divisões nazis nunca lá chegaram", segundo a autora do artigo de *Le Monde*). Vem em seguida a deportação para a Sibéria e para o Cazaquistão de toda a nação chechena e inguche. Apesar de não se submeterem, vêem a sua República da Chechénia e da Ingúchia banida dos mapas e os nomes dos povos desaparecem dos livros. Oficialmente deixam de existir até à morte de Estaline. Em 1957, Krushev reabilita a República, que permanece suspeita e "sujeita a um regime policial mais restrito do que nas outras partes da URSS".

Com a implosão da União Soviética era compreensível que os Chechenos voltassem a exigir o que sempre quiseram. Tanto mais que Dudaiev estivera nos países bálticos. Depois de verificar *in loco* a maneira como a Lituânia, a Letónia e a Estónia chegaram à independência, tentou o mesmo na sua terra natal. Mas a Che-

chénia tem petróleo e gás natural, os oleodutos para o mar Cáspio, para o mar Negro, para a bacia do Donets, através-

sam-na. À Chechénia independente poderia seguir-se o Daguestão, a Ingúchia, a Cabardino-Balcária, as relações com o Azerbaijão e possivelmente com o Irão e a Turquia evoluíram de forma contrária àquela que os interesses políticos e económicos da Rússia exigem. A guerra impunha-se porque a vítima ia resistir. Duas horas e meia dúzia de pára-quedistas, como prometera Grachev, não foram suficientes para atemorizar os Chechenos. A ordem pretende reinar na cidade do Sunja. Mas não convence. Tal como não convencem aqueles políticos da União Europeia (Klaus Kinkel, por exemplo) ou o presidente dos Estados Unidos, que alinham pela propaganda russa e impingem a mensagem de que a Chechénia sempre foi russa. Mais uma mentira a juntar a tantas outras.

Júlio Palma

Postal da América*

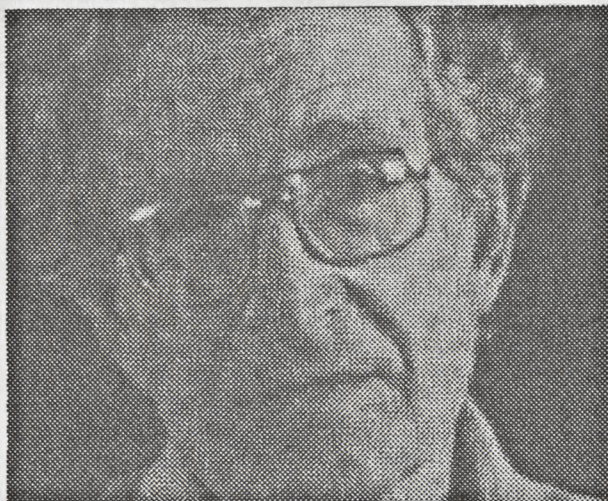
Quando a burguesia negra procura clientes credíveis

Madison, segunda feira, 20 de Setembro de 1993

Christofer Jones está deprimido! Este advogado da cidade de Waco, no Texas, recebeu nos últimos tempos numerosas cartas injuriosas. Como membro da secção local da União para as Liberdades Cívicas, equivalente americano da Liga dos direitos do homem, aceitou assegurar a defesa do Sr. Lee, um marceneiro espadado, de cabeça rapada. O FBI pretende, a qualquer preço, consultar a sua agenda de moradas, ao que Mestre Jones se opõe tenazmente em nome das liberdades democráticas. Porque se deixa ele injuriar, podemos perguntar-nos? Temos que concordar que a situação é complexa: o marceneiro é o dirigente local do Ku Klux Klan e o Sr. Jones é um membro eminente da burguesia negra do Estado. Alguns falam de oportunismo, outros de vaidade... Seja como for, este facto ilustra bem a dificuldade de ser um burguês americano quando se é negro. Para a burguesia negra, trata-se de dar provas de fidelidade aos valores dominantes deste país embora não consiga libertar-se do terrível peso do problema negro. No dia em que o Sr. Jones tomou conhecimento do processo de Sr. Lee, os grandes jornais americanos chamavam a atenção para o facto da tuberculose ganhar terreno entre os jovens negros e 40% destes estavam desempregados, uma percentagem duas vezes maior que a dos jovens brancos. Com uns vestígios de inquietação patriótica, o *New York Times* sublinhava, por seu lado, que hoje a esperança de vida de um jovem nascido em Xangai ultrapassa a de um jovem nascido num *ghetto* americano. É óbvio que não faltavam argumentos àqueles que escreveram a Mestre Jones para destruir a sua crença na democracia americana. Os mais radicais não deixaram certamente de lhe lembrar os assassinatos cometidos pelos amigos do Sr. Lee. A ascensão social da burguesia negra americana tem um preço elevado de que fazem parte o cinismo e a rejeição. Se Mestre Jones teve dificuldade em fazer aceitar a sua mensagem, a do Sr. Chavis foi melhor recebida. Trata-se de um antigo militante da extrema esquerda dos anos 60, que se tornou dirigente duma organização negra muito poderosa e respeitável, a NAACP. Tocado pela graça neo-liberal preconiza uma nova abordagem para melhorar a situação económica da "comunidade negra". Basta que os grandes grupos capitalistas privados assinem um acordo em que se comprometem integrar as PME negras nas suas redes de subcontratação. Em troca, e para os devidos efeitos a NAACP atribui-lhes um label anti-racista. Por trás desta negociata sórdida aparece a ideia de reforçar o pequeno capitalismo negro... quando todos sabem que os negros pobres são sempre deixados de lado. O desenvolvimento do capitalismo negro é hoje a receita miraculosa para os burgueses negros. Embora esta evolução signifique a integração das suas empresas na economia existente, justamente aquela que repudia a grande massa dos proletários e dos negros pobres! Não será o Sr. Gibbs que nos dirá o contrário. Presidente de um dos grandes bancos negros de Atlanta, o Citizen Bank, explica que os bancos negros devem começar a procurar uma "clientela credível", isto é branca! "Na comunidade negra as pessoas já não pagam as dívidas", acrescentou ele. Pode ser-se negro mas antes de mais é-se capitalista! O que não impede estes abutres de discorrer sobre o tema da "dignidade, da identidade e da cultura do povo afro-americano". Como em toda a parte é sobre estes conceitos de identidade e cultura que se opera a convergência com as ideologias fascistas do campo oposto (ou do campo ao lado). Não podemos admirar-nos da colaboração do marceneiro texano do KKK e de Mestre Jones: "Eu não sou racista! Sou separatista. A cada um a sua cultura e o seu lugar. Se o Sr. Jones é um bom advogado, isso prova que eles podem ter a sua elite e viver da sua banda!" Como dizia um dos seus ídolos: "Ein Volk, ein Fúrher" ("Um povo, um chefe!"). Não é perfeitamente óbvio? Ou antes, é Branco ou Preto mas nada de misturar os problemas e as respostas.

Charles Reeve

Entrevista com



Quando em 25 de Maio de 1994, Noam Chomsky esteve em Lisboa para participar num debate sobre "A Política e os Media" e num jantar debate sobre Timor Leste; "A Batalha" contactou-o com vista a conceder-nos uma entrevista. Como no dia imediato, 26, se achava já comprometido a proferir uma lição de linguística na Faculdade de Letras e lhe era de todo impossível encontrar tempo livre para a referida entrevista ficou decidido que lhe enviaríamos as perguntas para os Estados Unidos e que ele nos responderia na volta do correio. A nossa carta demorou algum tanto a ser enviada e daí o atraso. Por que a resposta de Chomsky foi rápida e a entrevista só não saiu no número de Dezembro deste jornal por ele já estar programado à data em que foi recebida. Dada a escassez de traduções portuguesas da obra de Chomsky, julgamos estar assim a contribuir para a divulgação do seu pensamento e, simultaneamente, a chamar a atenção dos nossos leitores para a imperiosa necessidade de se empreender quanto antes o estudo aprofundado da sua obra política.

A Batalha: É fortemente crítico relativamente aos meios de comunicação americanos e considera os europeus mais democráticos. Quais são as principais diferenças - em termos de democraticidade - entre os meios de comunicação europeus e americanos?

Noam Chomsky: Não penso que os meios de comunicação europeus sejam mais democráticos que os americanos, nem mais sérios noutros aspectos. São muito variáveis e, tanto quanto sei, não é possível fazer grandes generalizações. Se tivesse que ler um único jornal no mundo, e conhecesse bem todas as línguas, provavelmente escolheria o *New York Times*. Não por ser um jornal muito bom - não é - mas pela maior amplitude noticiosa.

A Batalha: O Médio Oriente tem sido uma das suas preocupações principais. Os Estados Unidos e Israel sempre se opuseram a uma solução diplomática para o problema, quais as razões para a recente mudança de atitude? Pensa que os E.U.A e Israel vão substituir um controlo militar e político dos territórios ocupados, por um controlo económico? Gostaríamos de saber a sua opinião sobre a situação actual.

Noam Chomsky: Os EUA e Israel sempre foram favoráveis a uma solução diplomática para o Médio Oriente, mas nos seus próprios termos. Só que estes não foram aceites pelo resto do mundo. Durante cerca de 20 anos, os EUA encabeçaram a Frente Internacional de Rejeição: ou seja, recusaram pura e simplesmente qualquer direito dos palestinianos à auto-determinação. Também se recusaram a aceitar a resolução 242 da ONU nos termos em que era aceite pela opinião internacional - e pelos próprios EUA, de 1967 a 1971, como se pode claramente ver pelo registo documental: nomeadamente, que apela à paz em resposta a uma retirada completa para a fronteira internacional, quando muito com um mínimo de ajustamentos mútuos. Por isso, os EUA tiveram que: vetar as resoluções do Conselho de Segurança, votar sózinhos com Israel (por vezes com outro Estado clientelar) contra as resoluções da Assembleia Geral, bloquear todas as iniciativas diplomáticas desde a proposta de Sadat, em Fevereiro de 1971, de um tratado de paz, nos termos da resolução

242 da ONU, etc. Devido ao poder do sistema de propaganda dos EUA, a maior parte destes factos foi apagada da história, e neste momento a Europa encontra-se de tal modo subordinada à propaganda americana que os europeus esquecem-se do que defendiam no passado e do que realmente ocorreu.

Isto prosseguiu até 1990: a última resolução da ONU (144-2), apelando uma vez mais para uma solução diplomática, que os EUA tiveram que bloquear, foi em Dezembro de 1990. Após a guerra com o Iraque, a Europa entregou a região aos EUA e não voltou a tomar posições independentes. Os países não-alinhados encontravam-se numa situação de extrema confusão e a Rússia, por incrível que pareça, era quase tão subserviente, relativamente ao poder americano, como a Grã-Bretanha. Por isso, os EUA entraram imediatamente em acção, no Outono de 1991, em Madrid, para implementarem unilateralmente o seu programa rejeicionista. Isto foi consumado em 1993-94, desta vez com o apoio da Noruega.

Os acordos actuais baseiam-se no pressuposto explícito de que Israel só retirará dos territórios quando e como entender; assim, desde que, em Setembro de 1993, foi assinada a Declaração de Princípios (DP), a colonização e a confiscação de terras nos territórios ocupados tem aumentado rapidamente, com apoio financeiro dos EUA. Neste momento, Israel controla cerca de 75% da Margem Ocidental e já deixou claro que tenciona manter as zonas da Faixa de Gaza que sempre desejou, cerca de 35% do território e possivelmente toda a água. Na DP não há uma palavra sobre o direito dos palestinianos à auto-determinação, porque os EUA nunca admitiriam nada desse género: os EUA concordam com os seus clientes israelitas que os palestinianos não têm direitos. É um acordo totalmente rejeicionista, ainda pior do que os planos israelitas desde os anos 60, e que desde 1971 foram apoiados por Washington.

Escrevi extensamente sobre este assunto, acompanhando o desenrolar da situação nos últimos 20 anos. Fiz uma revisão pormenorizada deste assunto no meu recente livro *World Orders, Old and New*. Penso que a maior parte será apagada da história, aliás, como de um modo geral tem acontecido. Vale a pena salientar que a cultura intelectual ocidental tem um cariz profundamente totalitário, o que torna

essas operações muito mais fáceis do que seriam noutras circunstâncias.

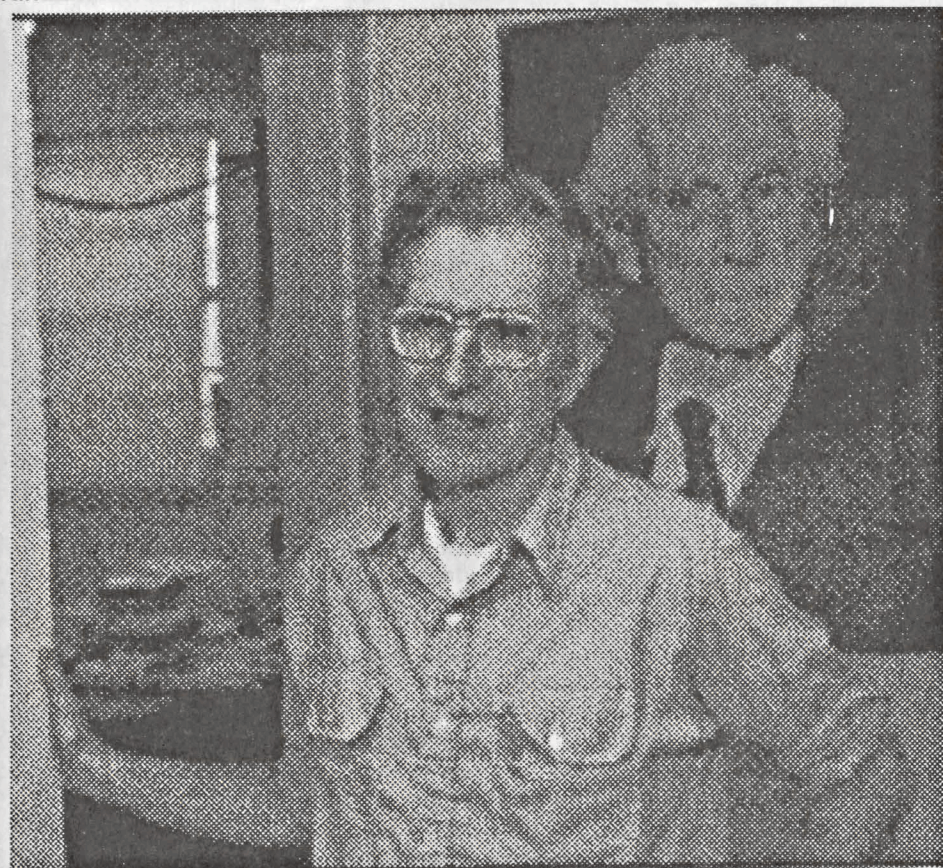
A Batalha: Quais são na sua opinião as principais causas do recrutamento dos movimentos fundamentalistas islâmicos no "Mundo Árabe", designadamente em países como a Argélia ou o Egipto? Pensa que estes movimentos têm causas diferentes - relacionadas com a situação local - ou resultam apenas de fanatismo religioso?

Noam Chomsky: Eu seria cuidadoso ao empregar palavras como "fanatismo religioso" e "fundamentalismo". Acontece que um dos países mais fundamentalistas do mundo são os

Estados Unidos, talvez juntamente com o Irão. O regime fundamentalista islâmico mais extremista do mundo é a Arábia Saudita, um íntimo aliado dos EUA e que não é considerado um problema porque obedece a ordens. Entre os agentes não-estatais, deve ser difícil encontrar um fundamentalista islâmico mais extremista e fanático do que Gulbuddin Hekmatyar, que nos anos 80 recebeu, dos EUA e da Arábia Saudita, cerca de 6 biliões de dólares e grandes quantidades de armas, enquanto transformava o Afeganistão num gigantesco centro de tráfico de droga, e que actualmente desfaz em peda-

ços o que sobrou do território devastado. De um modo geral, os EUA e os seus clientes não têm nada contra o "fundamentalismo", islâmico ou de outro tipo. O que temem e desprezam são pessoas que tentam agir de modo independente e que ignoram o seu lugar, que é seguir as ordens dos poderosos com um sorriso de gratidão. O mesmo se aplica à Igreja Católica. Os EUA não são a favor nem contra ela. Os elementos da Igreja que adoptam a "preferência pelos pobres" têm obviamente que ser destruídos, se necessário recorrendo ao terror e à violência. Os que adoptam a tradicional "preferência pelos ricos" são excelentes.

As razões para o crescimento dos movimentos fundamentalistas no mun-



do Árabe são bastante simples, e penso que existe um relativo consenso a esse respeito. Os movimentos seculares ou foram destruídos ou auto-destruíram-se. Só os fundamentalistas islâmicos têm algo a oferecer à população. Quem vive nos bairros de lata do Cairo e tem um filho a morrer pode levá-lo a uma clínica dirigida por fundamentalistas islâmicos. O governo é demasiado corrupto para oferecer seja o que for. A situação é de um modo geral muito semelhante. Os movimentos fundamentalistas também oferecem uma espécie de visão, algo de que as pessoas precisam; mais nin-

Noam Chomsky

guém oferece nada a não ser subjugação, fome, e sofrimento sem sentido.

Estou a fazer uma descrição um pouco simplista devido à falta de espaço. Mas penso que isto é o essencial da questão.

A Batalha: *Quais são na sua opinião as principais causas da guerra na ex-Iugoslávia e que passos considera mais adequados para solucionar o conflito?*

Noam Chomsky: As guerras nos Balcãs têm múltiplas causas. As principais são de natureza interna, mas as acções das potências externas não contribuíram para melhorar a situação, isto pondo a questão em termos moderados. O reconhecimento internacional da Croácia não teve em conta o facto de que haveria uma forte oposição por parte da grande minoria sérvia. A Bósnia foi reconhecida sem se ter tido em conta o facto de que estava separada em três partes, e embora exista uma forte componente multi-étnica isso não tem grande influência nos camponeses sérvios que vivem nas montanhas e temem o domínio muçulmano. Possivelmente estas acções juntamente com o envolvimento do governo sérvio ajudaram a promover a guerra. Antes talvez tivesse sido possível melhorar a situação. Mas actualmente é difícil pensar numa solução que não seja horrível. Ainda não ouvi ninguém que tivesse ideias sensatas a esse respeito. Existe muita retórica virtuosa; o que é fácil. Mas, tanto quanto sei, as propostas sérias são raras ou, pura e simplesmente, não existem.

A Batalha: *Nos últimos anos tem-se assistido ao ressurgir das ideias fascistas, nacionalistas e racistas. Actualmente o problema não está limitado às acções de pequenos grupos isolados, o apoio popular a Jirinovski, na Rússia, ou a Berlusconi, em Itália, são talvez sinais de estamos perante um problema de maiores dimensões. Pensa que as situações de crise económica e social são propícias ao desenvolvimento de movimentos anti-democráticos, como ocorreu na Alemanha após a 1ª. Guerra Mundial?*

Noam Chomsky: Há cerca de 20 anos que o mundo caminha para uma sociedade dividida em dois, semelhante ao modelo do Terceiro Mundo, com ilhas de grande riqueza e privilégios num mar de pobreza, e uma crescente população supérflua, sem direitos por não contribuir para a criação de lucros. As proporções são muito diferentes num país rico como os EUA ou num pobre como o México, mas as estruturas que se estão a desenvolver são muito semelhantes.

As razões não são muito obscuras. Desde a década de 70, tem havido uma acentuada aceleração da globalização da economia, com a acumulação de um enorme poder nas mãos das empresas transnacionais, que são instituições inacreditavelmente totalitárias. Também houve uma explosão desregulada de capital e uma drástica

modificação da sua constituição. Em 1970, 90% do capital nas trocas internacionais dizia respeito à economia real, comércio e investimento, 10% à especulação. Em 1990 estes números tinham-se invertido. Em 1994, o capital especulativo está avaliado em 95%, e a sua escala e taxa de crescimento são incomparavelmente superiores ao que algumas vez haviam sido no passado. No final dos anos 70 já era claro onde isto nos levaria. Em 1978, James Tobin, laureado com o prémio Nobel de economia, propôs a criação de um imposto para reduzir o crescimento de capitais especulativos, que conduziria o mundo a um equilíbrio entre baixo crescimento, baixos salários e elevados lucros. É isso que está acontecer, juntamente com a capacidade de transferir a produção para o estrangeiro, ou ameaçar fazê-lo,

tagnar há 25 anos e a diminuir desde que a administração Reagan tomou posse. É suposto haver uma recuperação económica, mas ela tem características sem precedentes, inclusive um decréscimo de 13% no rendimento médio, entre 1989 e 1993. Simultaneamente, a revista *Fortune* vislumbra lucros "espectaculares", enquanto há uma "estagnação" das vendas, e a restante imprensa empresarial e financeira está igualmente exultante. Houve também vitórias propagandísticas bastante impressionantes que deixaram as pessoas extremamente confusas, sem esperança, frustradas e revoltadas. Os intelectuais liberais e a imprensa, e também aqueles que se auto-denominam "a esquerda", desempenharam um papel bastante útil aos poderosos na consecução destes objectivos. É uma miscelânea muito perigosa, que pode

anarquismo não oferece aos intelectuais qualquer posição de poder e privilégio; e principalmente devido à repressão e à distribuição dos recursos as organizações anarquistas são poucas e débeis. Os verdadeiros anarquistas também devem partilhar uma parte das culpas. Contudo, não é assim tão claro que o fracasso tenha as dimensões que sugerem. Os sentimentos anarquistas estão bastante disseminados, embora haja poucas possibilidades de serem articulados de modo construtivo, e muito do que se tem passado nos movimentos populares por todo o mundo tem um carácter libertador que os anarquistas deveriam considerar bastante atraente. É uma história complicada.

A Batalha: *Quais deverão ser hoje o papel e a acção dos libertários e da*



o que constitui uma arma poderosa contra os trabalhadores. O fim da Guerra Fria, que fez com que os países de Leste voltassem ao seu tradicional estatuto terceiro mundista, oferece ao poder empresarial ocidental novas armas contra a população nacional.

Nesta situação, é natural que os centros de poder vejam uma possibilidade de voltar a reduzir tudo o que temiam e desprezavam: as conquistas dos direitos humanos, da liberdade e da democracia que foram ganhas através de lutas populares durante mais de um século. E é exactamente isto que está a acontecer, de modo mais acentuado nos EUA e na Grã-Bretanha (no mundo desenvolvido), mas também de modo crescente noutros locais, numa economia globalizada.

Para a grande maioria da população isto constitui um desastre. Por exemplo, nos EUA, os salários reais da maioria das pessoas começaram a es-

explodir de modos horrendos, a menos que se recriem alternativas construtivas que respondam às necessidades e preocupações populares - uma tarefa gigantesca mas não impossível.

A Batalha: *Muito gente pensou que com a "queda" da União Soviética e dos regimes "socialistas" haveria um novo interesse pelo anarquismo. Contudo, isso parece não ter ocorrido. Pensa que os anarquistas são de algum modo responsáveis por não se terem conseguido apresentar como uma alternativa?*

Noam Chomsky: Quem são os "anarquistas" que não se conseguiram apresentar como uma alternativa? É verdade que existem alguns. Por exemplo, era de esperar muito mais da CNT espanhola. Mas vale a pena recordar que não existem praticamente intelectuais anarquistas, pela simples razão que o

imprensa libertária?

Noam Chomsky: Os mesmos de sempre. Ajudar as pessoas comuns a controlarem a sua própria vida, a compreenderem o mundo em que vivem, a organizarem-se para enfrentar e destruir a autoridade ilegítima, ou seja qualquer forma de autoridade que não possa provar a sua legitimidade; uma prova que raramente pode ser feita. É tarefa dos libertários e da sua imprensa mostrar isso, ajudar os outros a compreendê-lo, aprender com as lutas populares e contribuir para elas. Como tem sido sempre.

As fotografias que ilustram esta entrevista foram reproduzidas do livro *Manufacturing Consent - Noam Chomsky and the Media*, editada por Black Rose Books, Montréal, 1994.

Episódios de 94

AINDA A PONTE

Neste suave ramerrão que é a vida nacional, o Verão foi marcado por um acontecimento pouco comum: os portugueses, pelo menos alguns, rebelaram-se, protestaram, quiseram fazer-se ouvir sobre uma medida governamental. E a coisa, ainda que apenas no seu início, parece ter sido mesmo espontânea, à revelia dos legítimos ou ilegítimos representantes do povo, que tiveram de se pôr a pau rapidamente para tentar controlar o movimento, matá-lo "responsavelmente" e, se possível, convertê-lo em votos nas próximas eleições. Até aqui, tudo bem, é geralmente assim que as coisas se passam. E o próprio facto do movimento nunca ter tido pernas para andar autonomamente, passando a breve trecho a ser manipulado pelas organizações de esquerda, também não causa estranheza: pois não foi sempre assim, mesmo no chamado verão quente? O alarido da comunicação social e a euforia da esquerda podiam fazer crer, a um observador distante, que o episódio tinha significado em termos de afirmação da cidadania, defesa dos direitos das pessoas, protesto contra a prepotência estatal, autonomia em termos de luta social, recusa, ainda que pouco consistente ou superficial, de alguns elementos mais insuportáveis do sistema social que nos rege. Puro engano.

Vejamos então a coisa mais de perto.

Após dois ou três anos de euforia e de optimismo balofo, confortados com a confiança no chefe e os subsídios de Bruxelas, os portugueses começaram a acordar daquilo que, finalmente, se começa a revelar como um pesadelo: afinal o dinheiro europeu só vai para alguns e não é eterno, e a promessa, tão propagada, de aproximação gradual dos níveis de vida médios da comunidade, do "pelotão da frente", revela-se uma quimera. A verdade é que, apesar do maná comunitário, do dinheiro das privatizações e

das remessas dos emigrantes (confianças no futuro do Portugal europeu), não nos estamos a aproximar dos mais ricos, estamos mesmo a atrasar-nos, quase mesmo a sermos apanhados pelo carro vassoura. E, estupefactos, os pobres portugueses começam a aperceber-se da realidade, a saber, que, no fim do século, acabam os subsídios e já não restam agricultura, nem indústria, nem pescas, mas tão-só auto-estradas e um país com o interior desertificado e o litoral demolido pela especulação imobiliária.

Ora, o buzínio foi talvez a manifestação mais forte, ou, pelo menos, mais espectacular, desta tomada de consciência difusa. Afinal o capitalismo triunfante e a



Europa não são aquilo de que as pessoas se quiseram convencer que fossem. O sonho do consumo desregrado começa a esvair-se em fumo. E a frustração é tanto maior quanto grandes foram as expectativas. E é aqui que entra o símbolo número um deste espírito que enforma vastas camadas da sociedade portuguesa: o pópó. O pópó representa estatuto, dinheiro, poder, virilidade, consegue concentrar em si todos os ingredientes que, à falta de outros mais humanos e mais espirituais, funcionam como valores socialmente reconhecidos. Inebriados pela ilusão, acicatados por uma publicidade agressiva, mergulhados numa sociedade cada vez mais compe-

titiva, as camadas recém-urbanizadas e "recém-modernizadas" lançaram-se de bom grado na via do consumo. O facto de, na realidade, nunca terem tido dinheiro para preencher essas expectativas, era um problema de somenos importância que o sistema financeiro se dispôs a corrigir, e hoje em dia o recurso ao crédito, a sistemas do género "compre agora e pague para o ano" é um uso generalizado. E o pópó começou a invadir tudo. As ruas não comportam tanta lata? Não faz mal, ocupam-se os passeios. Que se lixem os velhos, os deficientes, as crianças, os peões, coitados, os falhados desta nova sociedade da abundância. É neste ambiente que surge o aumento das porta-

e egoísta? Discutiu, nem que fosse ao de leve, esta civilização do carro, a agressão ambiental que ela implica, os problemas energéticos, a desumanização, a irracionalidade de ter uma tonelada de lata e materiaisaltamente poluentes, movida por combustíveis caros e igualmente poluentes, para transportar diariamente uma (!) pessoa? O facto de a cidade, já completamente saturada, não poder suportar mais carros? Não, o que esteve em debate foi a eliminação das portagens, o alargamento da ponte, a construção de uma nova ponte ligando ao Barreiro, tudo para poderem ir mais carros para Lisboa. Que os partidos fossem a reboque do movimento, já se sabia que tinha de ser assim. Que outras organizações, nomeadamente ambientalistas, não fossem ao cerne da questão é que já é mais preocupante.

A situação é complexa. Mesmo algumas pessoas mais conscientes destes problemas não abdicam do carro, pois a utilização regular de um sistema de transportes públicos terceiro-mundista é demolidor em termos de saúde física e mental, de perda de tempo, etc. Mas é igualmente verdade que não vale a pena pretender lutar contra um dado estado de coisas quando, pessoalmente, pactuamos com ele. Já se sabe isto há muito tempo. O facto de não haver um sector, ainda que minoritário, que veicule estas posições mostra o atraso em que nos encontramos no nosso país em termos de consciência social. Não desconhecemos que a economia de consumo actual tem como um dos seus grandes pilares a indústria automóvel. Destruir um equivalente a ferir a outra de morte.

Por agora, estamos no reino da utopia, mas, como sabemos, é nesta instância que nos encontramos e é ela que nos pode levar a algum lado.

Luís Leitão

No rasto das razões de Clara

No filme "A Casa dos Espíritos", Estebán Trueba, grande proprietário rural, autoritário, que se assume não apenas como dono das terras mas também das gentes que nelas trabalham e vivem - papel aliás impressionantemente desempenhado por Jeremy Jones - chega a casa e transmite a sua mulher Clara, personagem entregue à genialidade interpretativa de Meryl Streep, a sua adesão ao partido conservador. Clara, mulher dotada duma invulgar sensibilidade, responde sem olhar: "Todos os políticos são bandidos e assassinos." Trata-se duma afirmação injusta? Trata-se apenas de palavras inconsistentes tornadas armas e atiradas para ferir numa guerra entre duas pessoas que se amavam através do ódio? Ou serão os tais recados trazidos por aqueles cuja capacidade de penetração lhes permite perspectivas para lá do vulgar? É nesse rasto que seguiremos.

Tantas são as vezes em que certas frases não são apenas certas frases. Daquelas que se dizem ou escrevem para, seguidamente, serem gastas. São aquelas que carregando consigo algo de mágico e abrangente lá entram nos espíritos por portas que só elas abrem e que, uma vez lá dentro, dão volta atodo: iluminam e despertam. Ainda assim, apesar das eloquentes imagens que nos chegam demonstrando a forma criminosa como os políticos fazem a gestão do mundo, há pessoas que julgo distraídas acham que apesar de tudo "mal de nós se não houvesse gente boa na política". Porém eu insisto.

O que vejo e oiço e digiro parece-me

ser suficientemente elucidativo para poder afirmar: não acredito nas fórmulas, nem nas aptidões, nem na honestidade, nem em quaisquer outros atributos com que os políticos se enfeitam e com os quais se investem em agentes capazes de resolver os grandes problemas que fustigam e angustiam a humanidade. Aliás as apetências dos patifes vão mesmo em sentido contrário. E aos políticos, a todos os políticos, nos dias que correm e perante o estendal sinistro da sua obra, é essa a qualificação que amudadamente me ocorre e mantenho: existe um movimento direccionado para onde todos os patifes (grandes e pequenos) se encaminham, ou seja, a posição de estar por cima. Ora sendo neste momento a política a mais vantajosa maneira de se estar por cima, é para lá que, entre golpes e atropelos, todos se encaminham. Acontece porém (e isto para tornar mais óbvia a qualificação de patifes) que uma vez lá chegados deparam com uma tropa de conselheiros, encenadores e operadores de imagem que irão pegar nesse potencial trazido e, sujeitando-o a um tratamento de refinação, fá-los-ão aparecer já só quando envernizados e bem falantes. O que levará ao erro de apreciação dos distraídos e à minha insistência de que são patifes.

Mas ainda restam os supostamente mais conhecedores. Aqueles que dizem ser a análise demasiado simplista, já que todo o comportamento humano advém de raízes que mergulham fundo no passado do indivíduo e que, em situações ocasionais, o empurram para atitudes ausentes

de civilidade. Porém, acontece ser exactamente no acicatar constante dessas raízes que os patifes operam. Pois embora vivamos a era da "aldeia global" continua a falar-se em pátria, em nacionalismo, a enviar grandes quantidades de armamento para zonas previamente desestabilizadas e a remexer no primarismo religioso conduzindo os povos à cegueira, ao fanatismo e à adesão a jogadas cujas consequências a história regista. É portanto no acicatar que as águas se turvam ou não fossem eles exímios pescadores nessas águas.

Serpenteando pelos túneis escuros das sociedades humanas, manipulando o sórdido mundo por onde corre o tráfico da droga, da prostituição e do armamento, recorrendo à chantagem e ao assassinio como emblemática intimidatória, conseguindo montanhas de dinheiro que os torna mais poderosos que muitos Estados, eis um breve retrato dos grupos mafiosos. Porém, se o negócio é rendoso para a quase totalidade dos seus membros, pode ser pouco duradouro; e isto porque as chamadas forças da lei, dando-lhes caça contínua, ora os levam à prisão ora os esperam a tiro em qualquer beco mal iluminado onde tragicamente terminam.

O que se me afigura interessante ter em conta é aquilo que parece ser uma evolução habilidosa registada na operacionalidade de muitos destes elementos, a qual os eleva a uma quase redenção: transformaram-se em empresas. E sen-

do, como é sabido, possuidores de grande potencial financeiro, ficam de mãos livres para direccionar os negócios, imprimindo-lhes o ritmo neste vale e não vale, segundo os seus insaciáveis desejos de lucro. Entretanto, financiando os partidos políticos, levam às cadeiras do poder os seus homens de mão - agora políticos - fechando-se assim o ciclo agora na legalidade e na impunidade.

Quando se fala em manchas negras e arrepiantes com que ao longo da história o poder tem ultrapassado os limites do desculpável no seu relacionamento com os cidadãos, é vulgar vir-nos à memória quer a inquisição quer o nazismo. Porém, ao findar o século XX, eis que se relata o impensável que parece ultrapassar tudo: a China foi acusada de vender a Hong Kong os órgãos dos condenados à morte. Será política? Será máfia? Hoje assiste-se à impunidade do sórdido neste clima histórico dito economia nacional.

Seja como for o óbvio é a total ausência de vergonha com que os políticos fazem a gestão do mundo. O óbvio é a desorientação da humanidade mergulhada no paranóico negócio da guerra, da droga e duma confrangedora burrice. O óbvio é os Estados que nunca foram bons tenderem para o espantosamente sinistro com que marcam os nossos dias.

Resta o agigantar da interrogação: será política? será máfia? Ou Clara tem mesmo razão?

João Santiago

A juve leo, a juve laranja e outras juves.

A juventude é vista geralmente como um «grupo» generoso e idealista que, por não estar ainda «preso» a compromissos familiares ou políticos, é dado à crítica, à irreverência pública, à contestação e à participação progressista na esfera política. Frequentemente a sua participação foge (ou parece fugir) a todo o tipo de controle ideológico, partidário ou até social. Esta visão duma juventude com uma essência romântica e esquerdizante é-nos transmitida pelos próprios **mass media**. A contestação à guerra colonial em Portugal, ou lá fora nos E.U.A., as manifestações de massas contra a guerra do Vietname ou o movimento hippie aparecem protagonizadas por esses jovens ainda não «alienados» ou apanhadas pelo «sistema».

Por outro lado, nas modernas sociedades industriais essa juventude é estudante e supostamente «esclarecida». Os «estudantes» / «jovens» foram os principais protagonistas do Maio de 68, talvez o acontecimento histórico de maior relevância na Europa Ocidental depois da II Guerra Mundial. Frequentemente, os estudantes surgem como principais protagonistas da oposição a regimes autoritários (Coreia, Indonésia, etc.) ou mesmo «democráticos».

Enquanto tal, a juventude estudante está afastada do mundo do trabalho e da responsabilidade de se sustentar. O ser estudante só de forma subjectiva se pode pensar como uma opção pessoal. Na verdade, é a exigência da sociedade que, privando-o do acesso ao mundo do trabalho, o leva a dedicar a sua existência ao trabalho intelectual. Sendo um trabalho útil e necessário, não é um trabalho socialmente reconhecido e, como tal, remunerado. Desta neurose deriva a imagem contestatária: em primeiro lugar para com os pais que lhes negam a autonomia e depois para com a sociedade que lhes não reconhece a existência. Porque o ser «jovem» é uma fase de transição entre o momento em que o adolescente procura a sua autonomia e a sua afirmação social, e o momento em que «entachou» ou, por palavras rebuscadas, arranhou um emprego «digno». Não admira, por isso, que os estudantes sejam por demais sensíveis às políticas educativas, perturbando a paz social à vista de algum despacho ministerial menos avisado. As manifestações estudantis em França na década de '80 e, mais recentemente, em Portugal são disso exemplo. Por outro lado, esse «complexo de tacho» (para empregar o vocabulário de Raoul Vaneigen) tornaram os movimentos estudantis esquerdistas tradicionalmente suspeitos às organizações operárias.

Seja como for, a juventude estudante emergiu no mundo do pós-guerra em movimentos politicamente autónomos, embora cheios de significado. Não admira, por isso, que os governos lhes dediquem tempo, atenção, dinheiro e até ministérios e institutos. Não se trata de dar cobertura a projectos totalitários, para os quais as organizações juvenis, não só deveriam enquadrar, como educar, formar e preparar a juventude para a sociedade futura. Trata-se simplesmente de se servirem dos jovens já que não os podem servir: a juventude não é uma classe social.

No entanto, é insuficiente ver na «juventude» apenas um grupo social disponível (não só para fazer barulho e colar cartazes) e imaturo, que facilmente vai atrás de promessas fáceis e demagógicas, um «investimento seguro» no voto. Os **mass media** têm alimentado esta cultura juvenil de diferentes formas, quer através da propaganda política quer através da propaganda comercial. Em volta do consu-

mo de produtos de marca **A** ou **B** ou até de determinado tipo de produtos pretende-se construir uma «cultura jovem», assente na «liberdade de escolha do jovem» (deve ler-se isto com a boca cheia). O jovem faz *windsurf* ou outro tipo de «desportos radicais», «anda na onda» (ou seja, na «moda jovem») e os «pais» (ou seja, sociedade toda) devem respeitar isso tudo porque «os jovens é que sabem». Negar essa juventude dos jovens é, dizem, dar prova de autoritarismo e, além disso, é inconsequente. Parece até que essa cultura jovem emerge na sociedade tão naturalmente como o acne. E o jovem que não pode partilhar dessas coisas fenomenais é um ser diminuído, aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros.

Além disso, e bem mais importante, o jovem é uma autoridade. Volta e meia aparecem aqueles debates cretinos na televisão em que a par do psiquiatra e do sociólogo especialista aparece o jovem... na qualidade de jovem. E no meio do debate, volta-se o jornalista para o jovem, que até aí estava metido na sua sacrossanta

catos corporativos defendiam a estabilidade no trabalho através da legislação e da introdução da rigidez na economia, a prática do capital foi para fazer escassear a oferta e explorar os que estavam fora do sistema, ou seja, os jovens. Quando se defendia acerrimamente o congelamento das rendas de casa atiravam-se os casais jovens para os quartos dos vestutis prédios lisboetas. Ou seja, enquanto as organizações de esquerda defendiam as «conquistas de Abril», a «juventude» penava no purgatório do neo-corporativismo social. Por isso, a juventude que era tão romântica na década de '60 foi tão liberal e reacçãoária duas décadas depois. Perante o impasse a que se tinha chegado entre o liberalismo conservador e o neo-corporativismo social da esquerda, a «juventude» escolheu aquela solução que prometia mais para quem estava fora do sistema. A juve cavaco que ruidosamente festejou a maioria não existiu apenas na propaganda.

A mesma lógica preside à política de liberalização que vai muito para além do Ins-

e ao novo como ao devir que inexoravelmente se abate sobre cada um de nós.

Para o jovem é uma condição transitória que é vivida como um absoluto. Cabe-lhe escolher as melhores estratégias para, num futuro próximo, deixar de o ser. Cabe-lhe procurar um lugar «na» sociedade ou então perder-se nesse purgatório, no pavor de não encontrar uma centelha de luz que lhe mostre uma via para sair desse labirinto. É claro que essa condição e esse purgatório são bem diferentes consoante os grupos sociais a que cada indivíduo pertence. Pode até estabelecer-se uma clivagem entre a esmagadora maioria e aqueles poucos que têm o futuro assegurado. Mas neste mundo em rápida mutação, mesmo para os filhos dos grupos intermédios nada parece assegurado à partida na selva concorrencial que lhes deixaram. Pouco importa que tenham aspirações contraditórias na essência como é notório no caso da educação superior. (Durante a feira de Banda Desenhada da Amadora deste ano adolescentes talentosos da periferia mostraram nas pran-



ignorância: «então diga lá, jovem!». E ele, finalmente, lá pronuncia a sentença decisiva sobre o assunto. Todo este discurso que pretensamente enaltece socialmente os jovens, sofre na sua essência de paternalismo. Ele é indissociável daquele outro que os desautoriza... porque são jovens. Enquanto jovens são incapazes não só porque ainda não deram provas de competência como estão impedidos de as dar. Os «jovens» são explorados porque são obrigados a aceitar o trabalho precário numa sociedade que muito exige para pouco dar em troca. Os «jovens» dificilmente conseguem arranjar, comprar ou alugar uma casa. Enfim, os «jovens» têm uma tremenda dificuldade em construir em bases materiais a sua autonomia.

A juventude tem uma natureza política instrumental. Ela confunde-se com a própria representação social da juventude. Daí a ideia errada de que «a» juventude é um «mito», em parte construído pelo discurso político e pela comunicação social.¹ Na verdade, a juventude é um construído social ao mesmo título de outras categorias como a de «consumidor» ou «trabalhador» que emerge da fragmentação do ser social nas sociedades superiormente reguladas. A juventude esteve na base de desempates políticos importantes. Isto parece-nos importante sublinhar. Durante a década de '80 enquanto os sindi-

catos da Juventude. Para a grande maioria dos jovens que não tem notas para entrar na universidade ou que não pode ir estudar para Lisboa, o neoliberalismo é «a chave do sucesso». Só ele permite um instituto superior com cursos de engenharia informática na Merdeleja-a-Nova com garantia do Ministério de Educação. O «forum estudante/juventude», que teve lugar na FIL e contou com uma enorme afluência, é bem a feira dos cursos que garantem o sucesso «social». É claro, diz-se, que aqueles cursos que não tiverem qualidade acabarão por desaparecer. Se isto parece dúvida, a frustração, essa, está garantida. É provável que nas próximas eleições a juventude seja menos laranja mas isso em nada lhe diminuirá os problemas.

Os «jovens» são entes construídos à imagem do sistema. Por isso, os sociólogos encontram neles, um «individualismo agressivo ou instrumental, um individualismo carreirista que corresponde a uma concepção darwinista da vida social», a par dum «profundo conformismo, como acontece com os jovens denominados "corriqueiros" e "betinhos" [...] e de um individualismo hedonista ou expressivo, onde o narcisismo se manifesta como um elemento importante» (Machado Pais cit. in *Público*, 18.Dez.94, p.3). Para o sistema, o ser jovem é um valor positivo e absoluto, aliado não só ao moderno

chas de BD as preocupações da juventude: as queixas contra as dificuldades no acesso ao ensino superior, a falta de qualidade do ensino resultante da massificação e desinvestimento públicos e a frustração pelo que depois encontram no mundo do trabalho). O fundamental é que a «juventude», tal como a «raça» ou qualquer outra abstracção tem sido utilizada pelo capital, ameaçando os «direitos conquistados pelos trabalhadores». Isso mostra também como são voláteis as conquistas parciais e quiméricos os compromissos e as soluções pontuais. Cabe tanto aos jovens como a qualquer um de nós recusar esse mundo que nos quer pôr a mais (e que nos faz sentir a mais) no emprego, na segurança social, em casa ou na rua, que permanentemente exige mais e pouco ou nada tem para dar. Os grupos de sociabilidade juvenis, constituídos como entidades politicamente intervenientes, podem ser uma resposta para o vazio que lhes leva um sistema total que cria sonhos, imagens e frustrações e uma democracia que pouco mais pede dos cidadãos além do voto e da participação na festa carnavalesca, tão fútil quanto as festas do futebol. Num mundo virtual, basta que sejam autênticos.

Valentim

1- *Público*, 18 Dez.1994, p.2 a propósito da tese de Machado de Pais

A ditadura do "status quo"

Introdução: a "visão" de Tocqueville

"Não há país no mundo onde o sentimento da propriedade seja mais vivo e mais cheio de inquietação que os Estados Unidos, e onde, por consequência, a maioria revele menos inclinação pelas teorias que ameaçam, seja de que maneira for, os processos em uso para aquisição de bens" ¹

A igualdade de condições, decorrente da democratização da sociedade norte americana, implicou a expansão da classe média. Segundo Alexis de Tocqueville, filósofo político de meados do século XIX, este estrato da população vive obcecado com a manutenção e melhoria do seu bem-estar material. A classe média encontra-se ainda relativamente perto da pobreza, e o consequente receio de cair nela exige uma crescente preocupação / obsessão com o patrimônio, a propriedade, visto este representar a única forma de preservar a sua situação.

Assim, o indivíduo dirige todos os seus esforços quotidianos para a manutenção e melhoria dessa situação, limitando-se "aos pequenos empreendimentos domésticos" e não se preocupando, por conseguinte, com "assuntos maiores", como os "interesses e direitos do género humano".¹ Torna-se, assim, crescentemente individualista, atomizado no seu "pequeno mundo", dissociando-se de tudo e de todos os que se encontram para além deste. Esta filosofia de vida, para além de servir de impedimento a quaisquer revoluções, significa que a maioria dos cidadãos nem sequer as desejam, pelo receio do abalo que tal poderia provocar no seu precioso "status quo".

Assim, se por um lado o reconhecimento da necessidade da revolução é um problema, implicação desse estado de indiferença (e eventualmente, de ignorância) em relação aos assuntos que escapam a esse "pequeno mundo" da classe média, por outro lado, qualquer revolução não será aos seus olhos nunca suficientemente necessária. Geram-se, deste modo, os alicerces para um conservadorismo extremo e um conformismo silencioso.

No século XX, Tocqueville já previra que este fechar-se sobre os assuntos de natureza "doméstica", preterindo as "emoções públicas que fazem evoluir a sociedade", implicaria um risco de estagnação social. Paralelamente, a centralização do poder aliada a esta apatia e conformismo políticos / cívicos por parte das massas, poderia eventualmente levar à constituição de um Estado totalitarista, o qual agiria, então, já não no interesse do povo, pois que este já não o tem, mas no interesse de uma elite (o "poder e privilégio").

A realidade actual demonstra a indubitável validade das "visões" de Tocqueville. Mas até que ponto se realizaram elas exactamente, e que outros factores, que não os apontados por ele, se conjugaram desde então para levar a sociedade norte-americana até esse ponto, ou porventura mais relevantemente, para a manter aí?

O isolamento no subúrbio

Lewis Mumford descreve no seu livro "A Cidade e a sua História"², como o subúrbio da cidade norte americana, zona residencial por excelência da classe média, e o modo como ele se desenvolve ao longo do século XX, favorecem a dissociação política/cívica do indivíduo, ao mesmo tempo que o conduzem a um estado de conformismo e apatia social.

No século XX assiste-se a uma verdadeira invasão em massa do subúrbio. A planta aberta implica, pelo seu crescimento desenfreado, uma cada vez maior distância entre as suas partes. Ao mesmo tempo torna-se necessário ligar estas por

meio de um extravagante e excessivo sistema de estradas que, pela sua monstruosidade espacial, dissocia cada vez mais a paisagem suburbana, padronizando-a e desnaturando-a. O aparecimento do automóvel, e o seu crescente enraizamento na cultura urbana, é o catalizador final deste processo, ao permitir a remoção dos limites à expansão descontrolada, eliminando definitivamente a escala pedestre, congestionando o cada vez maior número de vias motorizadas, tornando a deslocação às diferentes partes mais custosa e morosa, isolando cada vez mais o suburbano.

Assim, por um lado perdem-se as condições que proporcionavam a associação espontânea e o empreendimento comum: a própria noção de vizinhança torna-se também no subúrbio um factor residual, tal como se havia passado na cidade. Por outro lado, o suburbano continua dependente do centro da cidade, porque é ali que continuam centralizadas as funções vitais. Mas também deste se torna cada vez mais dissociado. A desgastante monotonia quotidiana de percorrer a cada vez maior e mais congestionada distância da residência para o trabalho, e de volta a ela, funciona como desincentivo ao aproveitamento das oportunidades de associação no centro. De certa forma, o suburbano perde a cidadania nos dois extremos.

O isolamento, a impossibilidade de associação, inibem *a priori* a realização de qualquer espécie de actividade revolucionária, pois como já o escrevia Étienne de La Boétie, no seu "Discurso sobre a Servidão Voluntária": *"Acontece que o zelo e a dedicação dos que, apesar de tudo, prezam a liberdade, não têm efeito algum, pois, mesmo que sejam em grande número, não se podem conhecer uns aos outros."* O suburbano resigna-se então a um estado de complacência estática, a um conformismo silencioso.

Diz Mumford que *"o seu principal elo com o mundo passa a ser a televisão..."*² O reduzido contacto directo leva a uma dependência dos meios de comunicação de massas, o que significa que o isolamento, além de impedir a associação revolucionária e induzir ao conformismo, se torna um poderoso método para o exercício do controlo.

O "poder e privilégio"

Mas se bem que este conformismo e esta apatia social são um passo fulcral em direcção à estagnação social e ao esvaziamento da condição democrática, eles não são senão uma faceta do problema. Limitarmos a eles a nossa análise seria descurar a complexidade da questão, e implicaria, de certa forma, tirar o mérito às acções do Estado e da elite que o controla, os quais, na outra extremidade do espectro, se dedicam, manifesta e conscientemente, a perpetuar essa estagnação social e a corromper em seu benefício os valores democráticos.

Nos Estados Unidos o poder político desde há muito que tem sido controlado pelas elites económicas. Este facto torna-se particularmente visível nos nossos dias. Repare-se, por exemplo, na incrível quantidade de "lobbies" empresariais existentes em Washington, dedicados não somente a assegurar a derrota ou passagem de leis que lhes dizem respeito, mas também a moldar a própria linguagem da legislação.

Actualmente, *"...blocos de grandes investidores definem a essência dos partidos políticos, e são eles os responsáveis pela maior parte das mensagens transmitidas ao eleitorado"*³. Assim, se a ideia de um presidente, um legislador, um congressista representativo do povo está *a priori* viciada, pois que nos bastidores os interesses são outros, nas altas rodas de Washington, onde os fazedores da política que molda o país (e o mundo) se con-

fundem facilmente com a "Big Business", ela deixa de ter qualquer relevância determinante.

Adicionalmente, num sistema político como o dos Estados Unidos, os custos associados ao controlo do Estado privam a maior parte do eleitorado *"... de uma intervenção política sustentada"*³. assim, ressentindo-se da falta de recursos que lhes permitam participar na formação da política nacional, o público poderá optar racionalmente por evitar de todo a intervenção política, virando-se para assuntos "pequenos" e formas particulares de satisfação, deixando o terreno livre ao "poder e privilégio".

A ameaça da Democracia

O sistema de organização capitalista, tal como ele existe nos Estados Unidos, é basicamente incompatível com o conceito democrático, se com este último pretendermos significar *"...um sistema de genuína participação popular na determinação das condições sociais"*³. Uma democracia significativa implicaria o fim do poder e do privilégio de que usufrui a elite capitalista e, por isso, é necessário a todo o custo reprimir qualquer (potencial) "ameaça" ao "status quo", de forma a garantir um clima favorável às suas actividades. É necessário combater a ameaça de *"...forças institucionais mais profundas - sindicatos, facilidades de associação, meios de comunicação de massas pouco custosos, e uma rede activa de organizações cooperativistas e comunitárias - as verdadeiras bases da democracia efectiva"*, e *"...tomar medidas que conduzam a população a estados mais convenientes de apatia e passividade"*³.

De facto, *"a democracia capitalista ocidental busca uma condição em que cada indivíduo confronta de forma isolada o poder organizado de grupos dirigentes altamente conscientes, puxando uma alavanca em cada tantos anos, mas sem meios para ir mais longe e associar-se para conseguir informação e esclarecer-se, para levantar e considerar questões relativas à natureza e funcionamento de instituições políticas, para desenvolver conceitos e programas de mudança social, ou mesmo para influenciar de forma significativa a estreita arena das decisões políticas"*³. Numa palavra, é preciso "controlar" o povo. Obviamente, esta tarefa é, de alguma forma, menos árdua porque existem à partida certas condicionantes, acima referidas, que induzem a população ao conformismo.

Mas os instrumentos já de longa data preferidos pelo estado norte americano são a criação de "fantasmas" capazes de induzir as massas ao medo, e a manipulação da opinião.

"O grande Satanás"

O grande problema é convencer o público de que poucos devem mandar, enquanto a maioria obedece, e que a economia deve ser orientada para satisfazer o luxo de alguns, em vez das necessidades de todos. *"Se as pessoas vulgares são livres de reflectir sobre as causas da miséria humana, poderão muito bem chegar a conclusões «erradas»"*⁴. Por isso é preciso doutriná-las ou distraí-las. Tal poderá ser conseguido suscitando medo, receio de um inimigo ameaçador "pres-tes a destruir-nos". Se é possível fazer as massas acreditar que as suas vidas e o seu bem estar estão ameaçados por um inimigo terrível, elas poderão muito bem aceitar programas a que se oporiam em circunstâncias normais, como uma infeliz necessidade.

A Guerra Fria satisfaz esse papel durante muito tempo. Cada uma das superpotências explora a ameaça desse grande "Satanás", de modo a mobilizar a sua po-

pulação no apoio cego a políticas brutalmente atrozes no seu próprio domínio. O exageradíssimo discurso do "inimigo vermelho prestes a invadir o país" e da "omnipresença do Satanás comunista" permitiu legitimar, durante grande parte da história norte americana do século XX, uma política de Keynesianismo militar desenfreado, inúmeras intervenções militares por todo o globo, o apoio ao fascismo terceiro mundista (América Latina), o McCarthismo - *"a campanha para reduzir a população à apatia e obediência, e eliminar o pensamento autónomo"*³. A histeria nacional, fomentada pelo governo, em redor dos crimes do inimigo, levava o povo a acatar tudo cegamente.

Na realidade ambas superpotências sabem desde há muito que a outra está ali para ficar e, face ao irrealismo da aniquilação mútua, optaram por rentabilizar a situação em termos de uma eficiente estratégia de gestão política. *"A Guerra Fria há muito que tem certa utilidade funcional para as superpotências e essa é a razão porque persiste"*³.

Outros "fantasmas" incluem o terrorismo internacional, particularmente no Médio Oriente, e mais recentemente, com o parcial desanuviar do clima de Guerra Fria, a droga. As estratégias de combate à droga, sejam elas investir em brigadas policiais repressivas, encher as prisões com milhares de, pequenos traficantes, queimar as pequeníssimas e insignificantes propriedades de agricultores sul americanos, muito embora vangloriadas pelos media, só tendem a perpetuar o problema e a persistência do governo em evitar a todo o custo combater radicalmente o problema (isto implicaria, por exemplo, educar os "consumidores", apoiar programas de desenvolvimento agrícola nos países produtores e talvez não fosse má ideia impor controlos à exportação de acetona e éter para esses países) apontam para o facto de que também aqui os interesses são outros. A estratégia de perpetuação faz sentido porque o objectivo não é o combate à droga mas sim o controlo da população.

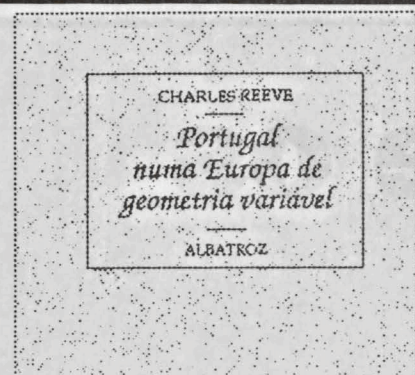
A manufactura do consentimento

Obviamente todos estes estratagemas de controlo só poderão ser realmente efectivos se assegurados por um poderoso sistema de manipulação da opinião. Isto é particularmente importante na fabricação dos já referidos "fantasmas", por exemplo. De facto, *"quando às elites falta o poder de forçar a obediência, os gestores sociais devem optar por uma nova técnica de controlo, principalmente através da propaganda"*⁴.

Nos Estados Unidos os "mass media" são grandes negócios e estão concentrados nas mãos de uma minoria. Eles e o Estado complementam-se no interesse que partilham em manter o "status quo", favorável às suas actividades e desta forma a informação que chega ao cidadão americano é minuciosamente pré-mastigada segundo as conveniências do "poder e privilégio".

Isto torna-se particularmente evidente se reflectirmos sobre o facto de que, em certa altura dos anos 60, os jornais norte americanos estavam repletos da história de dois dissidentes russos, supostamente torturados pelo KGB, e que em nenhuma parte se encontrava sequer uma palavra sobre os milhares de pessoas que desapareciam ou morriam anualmente às mãos de juntas e esquadrões de morte, em regimes apoiados económica e militarmente pelos Estados Unidos. Exemplos como este são mais regra do que excepção, e encontram-se ao virar de cada página da história.

Conclui p. 11



"Portugal numa Europa de geometria variável", Charles Reeve, Ed. Albatroz (bilingue). Paris, 1994

Charles Reeve habituou-nos a uma visão atenta: quando passa férias em Portugal ou noutro lugar, não parece fazer turismo (ainda bem!) mas ocupar-se dos factos realmente importantes (pelo menos para ele e para nós).

Assim sendo, este "Portugal numa Europa de geometria variável" é um retrato crítico e de um grande realismo do Portugal dos nossos dias: o Algarve com o turismo vivendo paredes-meias com a miséria. O Alentejo com a seca e a fome e aquele "homem do lerne" que acha que isto da fome pode ser sinónimo de modernidade (Londres e Paris não têm também?)

Desenha-se um percurso desde o 25 de Abril de 1974, com a reforma agrária, as cooperativas de produção agrícola, a expropriação dos grandes "latifundiários absentistas", o papel do Partido Comunista e, depois, o volte-face: a entrega das terras, a aceitação do "jogo democrático" : "Ao aceitarem o princípio da igualdade formal, os operários agrícolas do Alentejo submeteram-se, do mesmo passo, à desigualdade social. A legitimação do direito de propriedade privada significa a aceitação do direito de dele se ser privado. E hoje é do Estado que esperam solução para os seus problemas" pág. 14).

Os problemas raciais que se vão fazendo sentir (sobretudo na periferia de grandes cidades como Lisboa) são também aqui aflorados.

As questões da droga, a toxicod dependência como forma de escape: "O Miguel nunca leu Fernando Pessoa, mas sabe bem o que é o desassossego. A seu ver a democracia não passa de uma máfia de políticos fraudulentos. E, como muitos outros da sua geração, é individualmente que se revolta, comprando no mercado da droga o suplemento de sonho capaz de lhe fazer suportar o vazio dos dias que não passam". (pág.20)

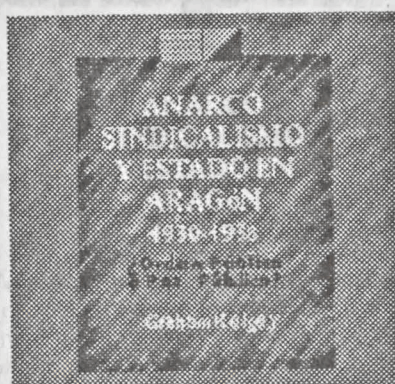
Finalmente a economia falida deste pequeno país do Sul; país que não poderia já sobreviver sem os "balões de oxigénio" dos dinheiros comunitários; país que a "outra Europa" espera sirva de tampão a uma África agitada - espécie de guarda-portão dos Senhores que detêm, de facto, a riqueza.

Livro a recomendar vivamente : as suas 30 páginas (em português) lêem-se de um fôlego e sente-se que é aquilo mesmo: o que o autor descreve é a realidade nua e crua. Sentimo-la na pele todos os

dias.

Edição bilingue para os que, falando embora o francês, se possam interessar por este país e pelo que por cá se vai passando.

M.M.J.



Anarcosindicalismo y Estado en Aragón: 1930-1938, Graham Kelsey (trad. de José Luis Gutiérrez), Fundación Salvador Seguí, 1994.

Esta obra é o fruto de vinte anos de investigação do historiador Graham Kelsey. Tem a sua origem na convicção do autor de que não se havia investigado a fundo a vida e o papel da classe operária organizada na Espanha daquele período, e que continuava por descobrir a verdadeira essência do que havia sido a CNT. A seu ver a melhor maneira de o fazer era investigar a vida desta organização numa região que se podia considerar de segunda ordem, do ponto de vista do seu papel na vida nacional, porém onde a classe operária organizada desempenhara um papel importante durante a Segunda República e onde a CNT interviera de modo saliente não só durante os anos de paz republicana como após a rebelião militar franquista que eliminou o regime republicano. O facto de ser um estudo regional, numa zona afastada dos grandes centros da vida política e económica, permitiu por um lado penetrar nos meandros do enredo institucional do regime para expor de forma mais clara e precisa o que foi a realidade da rua naquele período e, por outro, o que foi o anarcosindicalismo espanhol para lá da organização catalã e sobretudo barcelonesa, tão dominante na historiografia cenetista.

Trata-se de trabalho amplo e sistemático, que reúne e ordena um volume impressionante de dados relativos à estrutura económica, social, política e cultural de Aragão, além dos referentes a personagens contemporâneos, tanto de primeira como de segunda grandeza. O resultado não podia ser mais interessante e atraente: junto a um texto sóbrio e estruturado centenas de notas permitem corroborar as afirmações nele feitas, além de identificar acontecimentos com situações sociais, políticas e pessoais dos protagonistas. Os apêndices exprimem o intuito de confrontar as múltiplas fontes historiográficas reunidas num período - parte do qual coincide com a guerra civil - em que as circunstâncias impediram a conservação de muitas que existem para outros períodos históricos. Mais de uma centena de fotografias completam este trabalho que mereceu a publicação em 1991, em língua inglesa, pelo Instituto de História Social de Amsterdão, uma das instituições mais prestigiosas no seu género.

Relativamente ao conteúdo da obra ela rebate decisivamente três ideias habitualmente aceites sem grande discussão no tratamento deste período.

A primeira de que, apesar dos políticos republicanos, identificados com regime, terem feito tudo o que era possível, a República estava condenada desde o início: asfixiada pelos poderes tradicionais (igreja, exército, grandes proprietários) e pelas reivindicações exageradas duma classe operária radicalizada. O autor demonstra que os republicanos, em vez de construir uma força de adesão popular que contrabalançasse os poderes reaccionários tradicionais, nada mais fizeram que atacar e reprimir a sua base popular, destruindo a sua própria razão de ser.

A segunda é a de que a organização anarco-sindicalista que dirigiu e encarnou a oposição popular, caiu sob a tutela de uma minoria extremista, identificada correntemente com uma pequena organização anarquista, a FAI, a quem interessava apenas fazer a revolução e, consequentemente, atacar e minar a República. Fica claro que foi o regime republicano que, ao atacar desde o seu início elementos da classe organizada, sobretudo da CNT, forçou a radicalização, não apenas desta central sindical mas também, eventualmente, de grande parte de grande parte duma UGT muito mais reformista.

Por último, de que o sistema colectivista estabelecido no Aragão foi feito por grupos incontrolados vindos do exterior, essencialmente da Catalunha, que actuaram contra a vontade dos camponeses aragoneses. A verdade foi que a sociedade libertária criada em Aragão foi obra dos próprios aragoneses e que a sua rápida extensão correspondeu ao grande auge experimentado pela CNT na região a partir da primavera de 1936.

Elevados ao poder por um forte impulso popular que reivindicava a criação duma sociedade mais justa e equitativa, os republicanos mostraram-se incapazes de satisfazer tal expectativa. Frente ao descontentamento resultante recorreram à arma tradicional dos governos incapazes e inadequados, o uso sistemático da repressão, dirigida sobretudo contra a CNT. Quanto mais duramente actuou o governo mais se radicalizou a organização anarco-sindicalista. Quando, finalmente, o regime republicano se afundou, pela sua própria incapacidade, foi a CNT quem, em Aragão, se responsabilizou por conseguir o que os republicanos haviam prometido mas nunca tentaram realizar, uma sociedade livre, justa e esperançosa. Frente à ordem pública, lema dos governos do regime republicano, criou-se em Aragão a paz pública de uma nova sociedade libertária e libertadora.

Carlos Ramos Jaquotot

Festa do livro

Durante o mês de Março decorrerá no C.E.L., no horário habitual do seu funcionamento, uma exposição de jornais, revistas e livros - nomeadamente da Editora Antígona - a preços reduzidos.

A ditadura do "status quo"

Para além disto a manipulação da opinião passa também, por exemplo, pela classificação de documentos sob o pretexto fraudulento de segurança nacional, por operações clandestinas (a história da CIA), pela criação de barreiras à obtenção de informação (pelo custo que lhe está associado) e pela manutenção da população num nível cultural muito baixo (veja-se a irrisória percentagem do orçamento público para a educação durante a administração Reagan).

A "manufatura do consentimento" tornou-se parte integrante da realidade social norte americana, realidade que é ilusória para a maioria e significa a pros-

peridade de uma minoria.

Conclusão

Actualmente e ao longo de todo o século XX a concretização das "profecias" de Tocqueville torna-se por demais evidente. Apanhada naquilo que parece ser um eterno "status quo", a sociedade norte americana vive condicionada pelo conformismo das suas massas e pelas manipulações de um aparelho estatal que, monopolizado pelas classes capitalistas privilegiadas, tem por obsessão manter e agravar esse mesmo conformismo, criando um povo submisso e apático, dis-

posto a acatar cegamente uma ditadura disfarçada de democracia.

Pascal Kamphuis

Bibliografia

- 1 - Tocqueville, Alexis de: A Democracia na América, Estudos Cór, Lisboa, 1972, pp. 7-20 e 405-411.
- 2 - Lewis, Mumford: A Cidade na História, suas Origens, Transformações e Perspectivas, Martins Fontes / Edit. Universidade de Brasília, 1982, 2ª edição, pp. 521-566.
- 3 - Chomsky, Noam: Turning the Tide, Black Rose Books, Montréal, 1987.
- 4 - Chomsky, Noam: Detering Democracy, Vintage Books, Londres, 1992.

À VENDA NA NOSSA LIVRARIA

GIOVANNI BALDELLI
Anarquismo Social (1000\$)

MURRAY BOOKCHIN
Sociobiologia ou Ecologia Social? (530\$)
The Modern Crisis (2200\$)
Urbanization without Cities (2600\$)

MURRAY BOOKCHIN e outros
El Anarquismo y los Problemas Contemporáneos (1450\$)

ANGEL J. CAPPELLETTI
La Ideología Anarquista (1350\$)
Hechos y Figuras del Anarquismo Hispanoamericano (1100\$)

NOAM CHOMSKY
Conversaciones libertarias (3350\$)
Rethinking Camelot (3350\$)
Year 501 (3350\$)
Manufacturing consent - Noam Chomsky and the media (3350\$)

CARLOS DÍAZ
Releyendo el Anarquismo (1900\$)
De la Razón Dialógica a la Razón Profética (1540\$)
Cuando la razón se hace palabra (1800\$)
La política como justicia y pudor (2000\$)
Victor García, "El Marco Polo de la Anarquía" (1650\$)

JUAN GÓMEZ CASAS
Nacionalimperialismo y Movimiento Obrero en Europa ((1600\$)
Relanzamiento de la C.N.T. (1975-1979) (800\$)

ABRAHAM GUILLÉN
Economía Libertaria (3640\$)
Economía Autogestionaria (3640\$)
Socialismo Libertario (3640\$)

PEDRO KROPOTKIN
La Grande Révolution (4000\$00)
Elapoyomutuo, "factordelaevolución(2000\$)

JOSÉ LUIS GUTIÉRREZ MOLINA
La Idea Revolucionaria (El Anarquismo Organizado en Andalucía y Cádiz (2550\$)

GASTÓN LEVAL
El Estado en la Historia (730\$)

ANTONIO LÓPEZ CAMPILLO
La Caída de la Casa Lenin (1170\$)

JOSEFA MARTÍN LUENGO
Desde Nuestra Escuela "Paideia" (1900\$)

EDUARD MASJUAN BRACONS
Urbanismo y Ecología en Cataluña (1820\$)

L. SUSAN BROWN
The politics of individualism (3350\$)

FRANCISCO OLAYA MORALES
El Oro de Negrín (3500\$)
La Intervención Extranjera en la Guerra Civil (3200\$)

CHARLES REEVE
Portugal numa Europa de geometria variável (900\$)

JOSÉ PEIRATS VALLS
Breve Historia de la C.N.T. (400\$)
La Semana Trágica y Otros Relatos (2840\$)
Anarquismo (460\$)

LEON TOLSTOI
La Insumisión (410\$)

TINA TOMASI
Breviario del Pensamiento Educativo Libertario (1100\$)

EMÍDIO SANTANA
Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista (980\$00)
Onde o Homem acaba e a Maldição começa (1000\$00)

MANUEL JOAQUIM DE SOUSA
O Sindicalismo em Portugal (500\$00)
Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante (980\$00)

ALEXANDRE VIEIRA
Delegacia a um Congresso Sindical (500\$)

CHRISTIAN BAY e CHARLES C. WALKER
Desobediência Civil - teoria e prática (400\$)

HAROLD B. WILSON
Democracia no Trabalho (700\$)

Estas e outras obras encontram-se à venda na sede do Centro de Estudos Libertários, R. Marquês de Ponte de Lima, 37-2º-D - 1100 Lisboa, às terças, quintas e sábados, entre as 15 e as 18 horas.

Ideologia, Anarquia e os Iroqueses¹

A cultura política contemporânea está geralmente dominada por valores elitistas que nos condicionam ao criar o preconceito duma suposta "necessidade" de hierarquia e domínio nas associações humanas. No contexto do Estado moderno estes valores estão condensados nas opiniões de Sto. Agostinho e de Thomas Hobbes no que respeita à natureza e comportamento humanos. Como ambos eram filósofos misantropos pintaram um quadro gélido da humanidade. Por um lado Agostinho dá-nos uma humanidade que o pecado original condenou à perdição, ao egoísmo, à estupidez e à luxúria; por outro lado Hobbes apresenta-nos a essência humana como um "estado de natureza" em que a vida é "solitária, pobre, suja, bestial e curta" - embora não sejamos estúpidos, pois a razão permite-nos abdicar da nossa autonomia ou soberania pessoal para garantir uma vontade dominante (individual ou institucional) e obter a paz a expensas da liberdade.

Para os que detêm o poder em qualquer área de actividade humana tal maneira de ver é atraente, como é óbvio. É um modo de ver que justifica a autoridade sob quase todas as formas - económica, sexual, religiosa, política ou outra - e sobre todo e qualquer tipo de povos. A preparação para a obediência torna-se uma finalidade central para a família, a igreja, a organização económica e o Estado. Este é o seu objectivo ideológico - impedir o colapso social, a criminalidade, a insegurança, o desconforto e a morte prematura que inevitavelmente surgirão (nas suas teorias) quando se deixem de seguir as normas das várias elites institucionais. Na verdade pode muito bem dizer-se que, à excepção dos anarquistas, a história da filosofia social e política nada mais tem sido que uma variação sobre este tema, fornecendo razões para obedecer ao Estado peculiar e particular que cada autor supõe ser o legítimo.

Pelo contrário os autores anarquistas têm invariavelmente afirmado a capacidade (não a inevitabilidade) inata para um comportamento social e comunitário não coercivo. Para nós a "ordem sem autoridade" (frase de Proudhon) é uma norma prática: e registamos que o comportamento cruel e anti-social é um comportamento **anormal** em toda e qualquer sociedade conhecida. Os seres humanos aceitam-se relativamente bem entre si, não se ameaçam espontaneamente uns aos outros a cada passo e certamente não necessitam da permanente ameaça de violência e exclusão por forma a conformarem-se aos padrões de comportamento social. Na verdade, os instrumentos da hierarquia - em particular a propriedade, o Estado, a escola, a igreja e os "media" - são considerados pelos anarquistas como as **causas** originais do afastamento duma condição mais social.

Nesta perspectiva o Estado foi sempre conceito central e o objecto duma crítica anarquista. Isto não é em si mesmo uma rejeição da política, entendida como a reunião dos membros duma comunidade para tomar decisões sobre assuntos de interesse comum; isto é, "a organização da sociedade de baixo para cima", como disse Bakunin. Além disso os anarquistas sempre se interessaram por sociedades que souberam existir sem um sistema centralizado de coerção que, mesmo no mais federal dos Estados, pode impor a obediência, voluntária ou não, a uma população subordinada. Sem as encarar necessariamente como modelos para as nossas próprias vidas somos

contudo fascinados pela existência de estruturas sociais e de comportamentos que tornaram o Estado, tal como o conhecemos, impossível.

Uma tal sociedade existiu nas Seis Nações da Confederação Iroquesa² com a sua Grande Lei da Paz, que foi a condição daqueles povos ameríndios orientais até ao século XVIII, e que continua até aos dias de hoje como memória cultural em contraste com as afirmações políticas dos EUA e dos Canadá (e Quebec). É uma visão que implica a rejeição daqueles "direitos" assegurados pelo Estado aos seus cidadãos sob o pretexto (ilusão) de que o poder da polícia e da burocracia será moderado pelos tribunais. A cultura iroquesa implicava a recusa orgulhosa da hierarquia política e da dependência subserviente. O Estado

Toda a estrutura normativa de Wampum implicava o respeito pelos outros seres humanos e, mais profundamente, o respeito por tudo aquilo que mantém a vida. O respeito pela natureza, nomeadamente através do ciclo anual de festas de acções de graças (Wampum 99-103), era o cimento da vida comunal.

Qual era a organização da sociedade sem Estado? Para a Confederação a família alargada, o clã, era a unidade basilar da vida social. A qualidade de membro era determinada pela mãe, a propriedade era auferida em comum e os membros eram responsáveis por todos e por cada um (incluindo a responsabilidade colectiva de indemnizar no caso de ser lesado um membro não pertencente ao clã).

A política geral da Confederação como

noma.

Suspeitamos justificadamente de corpos semi-permanentes. Qualquer que seja a teoria em que se inspiram tendem para o elitismo, de acordo com a lei de ferro da oligarquia, de Michel. No caso iroqueses, contudo, esta tendência parece haver sido claramente obtemperada pela escolha (novamente pelas Mães de Clã) duma segunda ordem de pessoas públicas - os "chefes guerreiros". Tinham estas duas funções principais. A primeira era militar e implicava **persuadir** os indivíduos a juntarem-se-lhes para operações militares. Não havia a obrigação de obedecer aos chefes nem de ir com eles para a guerra. Arriscar a cabeça numa aventura militar era um acto voluntário. A sua segunda função importante, e também mais interessante para a presente discussão, era a de assegurar que o Conselho se conformasse com a Grande Lei da Paz e com a vontade do povo (Wampum 98 e 37 respectivamente). Se o Conselho ignorasse as advertências dos tribunos militares, os seus membros poderiam ser espancados até à morte - útil profilaxia das tendências oligárquicas

Já anteriormente referi que isto não devia ser tomado como modelo duma sociedade anarquista; mas como indicador do tipo de problemas com que os anarquistas se devem preocupar. Recordamos que a liberdade individual exige uma acção constante na esfera pública (o que pode ser, pelo menos, fastidioso); que é mais fácil evitar o conflito entre indivíduos quando a propriedade é comum; que os que são designados para funções administrativas devem ser sujeitos a permanente controlo; que a regra da maioria deve muitas vezes ser evitada; que estar pessoalmente de acordo com decisões públicas é o único fundamento para lhes obedecer.

Os que se interessam por problemas ecológicos e feministas encontrarão muitos factos interessantes na cultura e sociedade iroquesas. O principal, contudo, é que o Estado, como o temos visto desenvolver-se nos últimos duzentos anos, assenta numa interpretação limitada e limitativa das relações humanas. Mesmo quando o Estado moderno começa a mudar e vê a sua autoridade limitada pelo processo de "globalização económica e política, a promoção ideológica dum *homo economicus* competitivo, combativo e inseguro continua a justificar a repressão crescente de cada vez mais gente em todas as regiões do mundo. O pessimismo de Agostinho continua ainda conosco, juntamente com a sua indiferença pela maioria da raça humana. Os iroqueses mostraram-nos o erro de acreditar na ideologia como verdade universal. Encorajam-nos também a orientar as nossas mentes para alternativas não-autoritárias aos sistemas hierárquicos das organizações humanas.

Frank Harrison

NOTAS

1. O autor presta homenagem ao trabalho de David Bedford, professor de Ciência Política na Universidade de New Brunswick, Fredericton, N.B., Canadá. O seu artigo "Direitos Humanos e a Grande Lei da Paz", lido na conferência anual da Associação de Ciência Política das Províncias Atlânticas (Canadá), em 1993, foi fonte de muita da informação contida neste artigo relativamente à Confederação Iroquesa.

2. As seis nações iroquesas são os Seneca, os Oneida, os Onondaga, os Caiuga, os Mohawk e os Tuscarora - com alguns grupos afins, mais pequenos



tal como nós, os "modernos", o entendemos, era impossível.

A Grande Lei da Paz está escrita nos Cintos Wampum, feitos de contas enfiadas, cujos padrões indicam ao "leitor" a base mítico-espiritual e histórica das comunidades iroquesas, com uma indicação do verdadeiro carácter do comportamento social. Particularmente interessante é a **obrigação** que cada um tinha de discutir os assuntos de interesse comum (Wampum 94 e 95). Os homens e mulheres de cada clã deviam manter sempre aceso o fogo como símbolo deste dever - mais significativo que um "direito", que é meramente uma oportunidade que as circunstâncias invariavelmente acabam por eliminar. Discutir, participar na arena pública torna-se assim condição mesma de existir. Tal cultura simplesmente não permite que o indivíduo seja absorvido por problemas privados; e recusa a indiferença, o grande obstáculo à democracia directa.

um todo estava centrada num Conselho de 50 chefes, cada um dos quais era escolhido pelas matriarcas (Mães de Clã) dos clãs que detinham lugares no Conselho. O chefe falava em nome do clã e podia ser demitido por comportamento irregular - nomeadamente por não reflectir a vontade do clã (cujos membros tinham, recordamos, a obrigação de discutir os assuntos públicos de modo corrente).

O Conselho não era a base duma hierarquia política ou dum Estado porque não podia, nem para isso era designado, impor a sua vontade aos clãs e às nações / tribos. As decisões no Conselho não eram tomadas por voto maioritário, havendo uma cultura do consenso e sendo este o objectivo a alcançar pela discussão. A oposição forte duma minoria era suficiente para impedir uma deliberação. Além disso o espírito que presidia ao debate via a autoridade no povo e considerava o conselho um grupo de delegados que carecia de autoridade autó-